

ATA Nº13

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 21 de abril de dois mil e vinte e três.** -----

-----Ao vigésimo primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas dezanove horas, no Auditório do Centro de Educação e Recreio em Vagos, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores , Madalena Marques Santos Simões Pinto, e Tony Richard de Oliveira Almeida com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 17/02/2023;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Intervenção do Público;** -----

-----**E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO 2022;** -----

----- **PONTO TRÊS: REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DAS MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTRAS FORMAS DE JOGO DO MUNICÍPIO DE VAGOS – APROVAÇÃO;** -----

----- **PONTO QUATRO: REGULAMENTO DE GESTÃO DAS PRAIAS MARÍTIMAS DE VAGOS – APROVAÇÃO;** -----

----- **PONTO CINCO: MAPA DE PESSOAL 2023 – 1ª ALTERAÇÃO;** -----

----- **PONTO SEIS: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022.** -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, Andreia Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Victor Fernando Santos Neto, Liliana Barreira, André Cruz, em substituição de José Augusto Ferreira Martins, Virgínia Pinho, em substituição de Xavier Prior, Hermes Fernandes, em substituição de Sérgio Manuel Jesus Martins, e Sérgio Domingos, em substituição de Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge, eleitos na lista do PSD. -----

----- Óscar Lopes Francisco, Alexandre Ferreira Marques, Rogério Paulo Soares, Rodrigo dos Santos Capeloa, António Bastião, em substituição de Diana Ferreira Julião, eleitos na lista do CDS.

----- Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e Miguel Tarenta, em substituição de Bruno Marcelo Regalado Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Sidónio Santos Sansana, eleito na lista do CHEGA. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves,

Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouça; Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; João Paulo das Neves Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à sessão os senhores Deputados Bruno Julião, Sérgio Martins, Xavier Prior Neto, José Augusto Ferreira Martins, Hugo Jorge, Maria Helena Marques e Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e o(a)s senhora(s) Vereador(a)s Dulcínia Sereno, Sara Caladé, Maria do Céu Marques, Pedro Miguel Carvalhais Bento e Susana Maria Ferreira Gravato -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 17 de fevereiro de 2023.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a ata, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na sessão. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, no período compreendido entre 19 de fevereiro a 21 de abril de dois mil e vinte e três. Entretanto, referiu que na última sessão foi criado o grupo de trabalho de acompanhamento na área da saúde por parte desta Assembleia Municipal, e, neste sentido, informou os membros da Assembleia Municipal que depois da sessão de dezassete de fevereiro se realizou uma reunião no dia vinte e sete de fevereiro na ARS Centro. Nessa reunião estiveram presentes o senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Câmara. No dia seis de março houve reuniões com o senhor Ministro da Saúde e com o senhor Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde. As reuniões correram todas elas muito bem, as razões invocadas na defesa da manutenção daquelas duas extensões de serviço, quer de Covão do Lobo quer da Gafanha da Boa Hora, foram compreendidas e atendidas. O senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Câmara saíram das reuniões com um sentimento de esperança face à reversão daquela que foi intenção aqui comunicada na sessão de fevereiro, o encerramento daquelas duas extensões de saúde. Posteriormente, a isso, o grupo de trabalho de acompanhamento reuniu e tomou uma posição pública que foi distribuída à comunicação social e enviada ao senhor Ministro da Saúde, ao senhor Diretor Executivo do SNS, à ARS Centro e ao ACeS Baixo Vouga. Da parte do senhor Ministro foi enviada resposta, acusando a receção da tomada de posição do grupo de trabalho, que leu em voz alta: *“Encarrega-me o Senhor Ministro da Saúde de acusar a receção da Tomada de Posição do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Saúde da Assembleia Municipal de Vagos, que remeteu para as instâncias próprias do Ministério da Saúde, e que não deixará de ser tida em conta na formulação das decisões sobre a organização de cuidados no Município.”* Certamente, o senhor Presidente da Câmara também prestará, durante esta sessão, mais informações relativamente a este assunto. Tal como o senhor Presidente da Assembleia

transmitiu nessa sessão, quis também transmiti-lo agora, isto é, que uma vez mais, deu os parabéns aos membros da Assembleia, mostraram sentido de responsabilidade e estiveram à altura do legado que as pessoas depositaram ao nos eleger. Este foi um sinal claro de responsabilidade e de maturidade política na defesa das populações e do Concelho de Vagos, independentemente dos interesses e cores partidárias que cada um defende. É importante reforçar isto, porque isto sim é política, isto sim interessa às pessoas e a Assembleia Municipal, a exemplo de outros assuntos, e de outras tomadas de posição no passado, esteve, uma vez mais, muito bem na defesa dos interesses da população vaguense, pois foi para tal que fomos eleitos. O senhor Presidente da Assembleia informou de que foi enviado um pedido de renúncia de mandato da senhora Deputada Carla Gouveia, do cargo de membro suplente do grupo municipal do PS. -----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dos membros que não estão presentes na sessão de hoje. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar pediu um ponto de ordem à Mesa, que lhe foi concedido. Posto isto, referiu que no período para a correspondência o senhor Presidente da Mesa esqueceu-se, provavelmente por lapso, de informar que o senhor Deputado tinha enviado um e-mail, no passado dia vinte e seis de fevereiro, exatamente sobre a questão do possível encerramento das extensões de saúde de Covão do Lobo e da Gafanha da Boa Hora. Já na última Assembleia Municipal o Partido Socialista tinha solicitado uma série de informações e neste mail, enviado a vinte e seis de fevereiro, com conhecimento aos diversos grupos municipais, tinha solicitado as atas das reuniões do Executivo do ACeS Baixo Vouga relativos a Vagos, as certidões da tomada de posição da Câmara Municipal sobre a eventual constituição da Unidade Local de Saúde e a informação sobre os trabalhos relativos à estratégia municipal de Saúde. A pergunta do senhor Deputado é se houve desenvolvimento sobre esta matéria. Entretanto, referiu que não pode deixar de referir, e o senhor Presidente saberá melhor que o senhor Deputado o que irá acontecer nesta Assembleia, a presciência do senhor Presidente da Mesa depreender que o senhor Presidente da Câmara irá falar sobre a questão da Saúde não sabe de onde saiu. Na ordem de trabalhos não está em nenhum dos pontos e, para grande surpresa, também não está na informação escrita do senhor Presidente da Câmara, ponto um, portanto, não há lugar nesta Assembleia Municipal, em termos formais, para se discutir esta matéria. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que recebeu o e-mail do senhor Deputado no dia vinte e seis de fevereiro e realmente não fez referência ao mesmo, mas não foi por nenhuma razão em concreto. Depois desta data o grupo de trabalho reuniu, tratou desta temática da Saúde. No entanto, aquilo que se presume, pela intervenção que fez, é que o senhor Deputado continua a guardar resposta em relação a esse assunto. O senhor Presidente tomou boa nota dessa questão, mas o senhor Deputado também podia ter falado nisso na reunião que se realizou do grupo de trabalho, ou seja, podia ter voltado a pedir

essa informação e ela seria, com certeza, facultada pelo senhor Presidente da Câmara. Este assunto é de tal ordem importante que deve ser esclarecido cabalmente para não haver nenhuma dúvida. Em relação ao facto do senhor Presidente da Assembleia ter dito que o senhor Presidente da Câmara iria falar sobre o assunto na Assembleia prende-se com a importância do assunto e pelas diligências que aconteceram desde a última sessão ordinária em fevereiro até ao momento, daí ter presumido que o vá fazer. É somente uma presunção pela importância do assunto e nada mais. Em relação ao e-mail irá reencaminha-lo ao senhor Presidente da Câmara, para que este faça chegar ao grupo municipal do PS a informação solicitada. -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- Do público pediram para intervir o senhor Paulo Grave, a senhora Maria Rosete da Rosa Pinho Moreira, a senhora Maria Valentina Alves Silva Sanchez e o senhor Joaquim António Pires Plácido.

----- Paulo Grave – O senhor Paulo Grave usou da palavra e voltou a referir-se à questão das passadeiras, faz um ano no dia vinte e oito deste mês que falou pela primeira vez neste assunto, em concreto as que estão por trás do edifício do Tribunal, continuando tudo na mesma. Neste momento já não há sequer passadeiras, não têm pintura, nem sinalização vertical. O senhor Paulo Grave andou um pouco por todo o Concelho a ver as passadeiras, e só contou até cinquenta, que quase já não têm pintura e sinalização vertical são muitas, perdeu-lhe a conta. Esta é uma situação à qual o Executivo Municipal devia dar um pouco de prioridade. Em relação ao “esgoto a céu aberto” na zona industrial de Vagos, entregou umas fotos à Mesa, para já não falar do mau cheiro, é uma situação que se vem a arrastar desde, pelo menos, dois mil e oito. Aquela situação tem de ser resolvida, porque é um problema. Entretanto, ontem quando estive na zona industrial de Vagos, deparou-se com uma situação que considera bastante perigosa, ou seja, vinham ciclistas na ciclovia, da praia em direção à vila e no pontão na estrada 593, perto da zona industrial ainda não dá para as bicicletas passarem, e um miúdo que ia de bicicleta, devia ter olhado a ver se vinha algum carro e não o fez. Por acaso o carro antecipou e só por acaso é que não “chapou” o miúdo para o chão, por sorte. Aquela situação tem de ser resolvida o quanto antes para evitar situações graves. Em relação às casas de banho na Quinta do Ega as que existiam fecharam, derivado às obras no palacete, e seria importante ver se há alguma hipótese de prever outras para aquela zona, talvez amovíveis. A Quinta do Ega é cada vez mais frequentada e estas infraestruturas fazem ali falta. -----

----- Maria Rosete da Rosa Pinho Moreira – A senhora Maria Rosete usou da palavra e referiu que o que a trás cá acaba por ser um seguimento daquilo que já foi referido pelo senhor Paulo Grave. Assim sendo, referiu-se a algumas estradas que precisam de intervenção, pelo menos aquelas que conhece, que utiliza mais, sendo uma logo à saída da Praia da Vagueira e que vai até ao Areão, e que está um caos. Ali tem de se ir com bastante cuidado para se desviar dos buracos. Outra via é a estrada da Floresta, que liga à Lomba, outro caos, e uma outra é a pequena estrada que liga a rua Nova à rua que vem dar às bombas de combustível, a rua da Caneira, e que está muito estragada, é só um bocadinho. Se pudessem reparar aquele bocadinho e ligá-la à outra que já está boa, até chegar às bombas de combustível e à rua Nova, que até está mais ou menos, já dava para as pessoas que saem do Lombomeão para irem para a praia fazerem um trajeto bem melhor, sem terem

de vir a Vagos. Entretanto, na rua do Governador, na Praia da Vagueira, em determinados momentos andam ali em alta velocidade, não respeitam os stops dos respetivos cruzamentos e só tem apenas duas passadeiras. Não tem passadeiras nem nos cruzamentos, da própria rua que cruza depois com as outras transversais, nem com as outras perpendiculares. No cruzamento junto a um Centro de Fisioterapia, um ponto fundamental daquela rua, não tem uma passadeira. Portanto, seria de pensar colocar ali umas passadeiras para, pelo menos, haver algum respeito por parte de quem circula na estrada. Outra chamada de atenção que fez refere-se aos passeios, embora estes estejam com uma cota superior às casas que já existiam, considera que seria importante que alguém fizesse um exercício colocando-se em cima de uma cadeira de rodas e circular na rua do Governador. Então se for do lado esquerdo, quem vai do Centro de Fisioterapia para a rotunda chega ao prédio antes do cruzamento onde está o restaurante Kikito, a cadeira de rodas sai lançada para a rua se não virar. Tem existido melhorias nas acessibilidades para os deficientes motores, têm tido alguns ganhos ao longo destes anos, mas seria de pensar um pouco nessas pessoas. Uma pessoa de cadeiras de rodas se precisar de circular naquela rua nunca vai pelo passeio, vai sempre pela estrada o que se torna extremamente perigoso. A senhora Maria Rosete deixou isto como alerta, para se pensar um pouco nisto e tentar resolver a situação. -----

----- Maria Valentina Alves Silva Sanchez – A senhora Maria Valentina usou da palavra e começou por referir que não está contra ninguém, nem veio buscar guerras, apenas quer mostrar o que o povo da Gafanha da Boa Hora vive, e como vive, e são pessoas que pagam os impostos, logo terão os seus direitos. Assim sendo, começou pela rua da Alta Tensão, que é uma vergonha, os carros são danificados constantemente, sendo as pessoas lesadas duas vezes, ou seja, pelos impostos que pagam e pelos danos e prejuízos nos carros. A senhora Maria Valentina já foi às reuniões da Junta de Freguesia pedir a colocação de lombas na rua Principal e sugeriu que o Executivo Municipal tivesse um pouco de tempo e ficassem sentados numa cadeira para verem viaturas a circular a 120Km/h. A Gafanha é composta por gente idosa, pessoas que mancam, que se deslocam de cadeiras de rodas e, mais uma vez, os passeios que fizeram não permitem a circulação de uma cadeira de rodas. Há uma falta de sinalética incrível e uma falta de lombas que não se entende, e na rua da Alta Tensão, menos habitada que a principal, há muitas lombas. No domingo a senhora Maria Valentina passou na zona do Parque de Merendas, pegado ao Parque de Campismo, e ficou desolada e triste e questionou como é que foi possível “despir” tanto a floresta. Aquele Parque era frequentado por muitas pessoas que vinham de vários sítios, principalmente Viseu e Porto, há procura de mesas e cadeiras para conviverem com a família. Hoje ninguém procura um espaço daqueles para apanhar sol na cabeça. Não há uma mesa que tenha sombra. Se a ideia teve a ver com proteção do Parque de Campismo não se compreende como é que este tem tantos pinheiros lá dentro, são lógicas estranhas. Outro assunto que referiu prende-se com o Centro de Saúde da Gafanha da Boa Hora, que por causa da pandemia fechou. Hoje baixaram-se os braços totalmente às medidas contra a pandemia, mas o povo da Gafanha da Boa Hora continua a ter de ir ao médico a Vagos. A munícipe não sabe informar o preço de um táxi da Gafanha da Boa Hora para Vagos, mas não será, com certeza, dois ou três euros e pagos por pessoas que têm reformas de cento e tal

euros é de ver o que isso toca no orçamento familiar, e todos têm direito à Saúde. Entretanto, fez outra chamada de atenção, as casas de banho na Gafanha do Areão, uma praia galardoadada com Bandeira Azul, estão imundas. Esteve lá colocado um sinal proibido a autocaravanas e, entretanto, desapareceu. As pessoas das autocaravanas utilizam as casas de banho e deixam-nas imundas. --

----- Joaquim António Pires Plácido – O senhor Joaquim Plácido usou da palavra e começou por agradecer às duas senhoras da Gafanha da Boa Hora que falaram de 80% dos assuntos que tinha intenção de expor aqui na Assembleia. Entretanto, dirigiu algumas questões ao senhor Presidente da Câmara que se prendem com o Programa Mais Habitação, que permite a requalificação de alguns imóveis que estão em mau estado. O senhor Joaquim Plácido recordou que na Gafanha da Boa todas as escolas estão disponíveis para serem recuperadas e utilizadas pelos cidadãos. Não sabe se o programa o permite, ou não, mas é uma ideia que ficaria bem, aproveitar esses edifícios e recuperá-los para habitação. Outra questão que abordou prende-se com as obras na Rua do Parque de Campismo. O senhor Joaquim Plácido esteve em Espanha, regressou há um ano, a rua já estava em obras e continua em obras. Neste sentido, perguntou para quando o término da obra, porque é impossível transitar naquela rua. Hoje verificou que fizeram algo que sugeriu ontem, isto é, que a via ficasse só para residentes, porque não tem de ser uma via de escape, uma vez que a via principal está em muito bom estado e pode ser utilizada. Entretanto, referiu que esta costuma ser a sessão da Assembleia onde são aprovadas as contas da Câmara Municipal, e o senhor Joaquim Plácido verificou que a Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora não está representada, o que o deixa um pouco preocupado. Por fim, questionou qual a melhor forma de saber as datas da realização das reuniões de Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora informou que, por motivos pessoais de última hora, não vai poder estar presente na sessão de hoje. O senhor Arlindo das Neves é dos mais assíduos nas sessões da Assembleia municipal, se faltou, e não pediu que o representassem, é porque deve ter tido um imprevisto de última hora e não deu tempo de acautelar a situação. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas. Em relação à estrada do Areão ainda não foi alcatroada, porque o dinheiro não chega para tudo e têm de se estabelecer prioridades. A Câmara Municipal entendeu dar prioridade ao alcatroamento da Rua Principal. Relativamente às passadeiras os serviços municipais andam a fazer vários trabalhos de pinturas, mas a equipa é constituída por uma pessoa, mais outra que ajuda de vez em quando, e num Concelho com tantos metros quadrados não é possível responder a tudo com brevidade. Tem sido feito muito trabalho, mas ainda não chegou à passadeira que o senhor Paulo Grave tem vindo aqui falar há várias sessões da Assembleia Municipal. Sobre a questão dos esgotos, a vala da zona industrial de Vagos, é uma matéria que o Executivo tem andado bastante atento e detetou algumas situações anómalas quando foram feitas as obras das águas pluviais. Quando foram substituídas as águas pluviais havia condutas diretas de fábricas que estavam ligadas às condutas das águas pluviais, o que pode acontecer se se tratar

também de águas pluviais, mas o que acontecia é que em alguns casos não eram só as águas pluviais que estavam ligadas. A Câmara Municipal resolveu várias situações quando fez a substituição das condutas de águas pluviais. Recentemente, houve mais uma situação, a Câmara Municipal voltou a ir ao local e já tomou as medidas necessárias, sendo que há um problema, porque quer nessa vala, quer na outra vala, a vala real onde a água está estagnada, e esta vala não tem nenhuma conduta lá ligada. Na outra vala a água é branca, a situação foi detetada há uma semana e meia, mais ou menos, e o conhecimento que o senhor Presidente tem é que a situação está resolvida. A fiscalização das valas é uma competência a ARH, mas a Câmara Municipal vai estando atenta a estas situações. A questão da ciclovia é um problema, que tem a ver com a obra, e ainda não está concluída, porque uma das necessidades que há é que a vala fique um pouco mais seca para se poder construir uma ponte que vai existir em exclusivo para as bicicletas. Em relação à Quinta do Ega o senhor Presidente fica muito satisfeito que o senhor Paulo Grave frequente, e que outras pessoas frequentem, e que seja um sucesso, porque quando aquela obra foi feita, em dois mil e treze, até manifestações houve contra. Sendo aquela uma zona mais frequentada surgem mais necessidades e quando se fez a concessão do bar de apoio também era um pouco a pensar em criar essa infraestrutura de apoio. Neste momento, já com a frequência que a Quinta do Ega tem, precisará em breve de se reforçar essa infraestrutura de apoio e é isso que irá ser feito. Ainda há pouco tempo foi lá colocado o parque infantil, que custou cerca de cinquenta mil euros, e isso leva ao local mais pessoas causando mais necessidade das casas de banho. Relativamente à questão da mobilidade, é um problema que se tem detetado não só na Praia da Vagueira, mas também um pouco por todo o Concelho. A Câmara Municipal já chegou a fazer uma candidatura a fundos comunitários, para a Praia da Vagueira, para tentar reconverter todos os passeios de modo a permitir o acesso a pessoas com mobilidade reduzida. Tem sido feito algum trabalho nessa matéria, nomeadamente na acessibilidade à praia. As praias do Concelho de Vagos são galardoadas com a Bandeira Acessível, além da Bandeira Azul. Há, no entanto, consciência de que há algum trabalho a fazer nesta matéria, não só no Concelho de Vagos, mas no país todo pois foi algo que sempre foi negligenciado e hoje sente-se que cada vez há mais necessidade. No que respeita às acessibilidades na estrada Principal estão a ser feitos os passeios e o trabalho ainda não está completo, falta pavimentar a estrada. Quando se pavimentar a estrada o problema fica resolvido. Em relação à estrada do Areão está-se a elaborar o projeto de requalificação. O estradão da Lomba irá entrar nos alcatroamentos que estão previstos para breve. Em relação à velocidade na Rua do Governador a colocação de lombas para reduzir o excesso de velocidade não é solução. A solução é haver mais respeito, é as pessoas respeitarem mais as velocidades, há um limite de velocidade dentro das localidades, que é 50 km/hora, em alguns sítios até é menos, portanto, tem de haver respeito. Os cidadãos têm de se respeitar uns aos outros. É absolutamente impossível que as autoridades consigam controlar todos os cidadãos, que têm uma obrigação moral perante os outros. Relativamente ao Centro de Saúde é uma das matérias que se tem vindo aqui a discutir. Infelizmente, por várias razões, que a Câmara Municipal não concordou, o Posto Médico de Gafanha da Boa Hora, de certa forma, foi encerrado. Numa primeira fase sem ser formalmente e numa segunda fase

formalmente, mas, entretanto, já se conseguiu reverter a situação. Não é verdade que se tenha baixado os braços, antes pelo contrário, se tal tivesse acontecido o Posto Médico já estaria encerrado neste momento sem regresso possível. A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal tem estado a trabalhar junto do Governo, que é quem tem a competência nessa matéria, para que em breve seja realizada uma intervenção de recuperação da Unidade de Saúde da Gafanha da Boa Hora para permitir que ela continue em funcionamento. Quanto à questão do Parque de Merendas, e a faixa de proteção, convém analisar os problemas, mas não convém criar-se uma imagem que não é verdade. Parte do Parque de Merendas, uma pequena parte, está desnudada, é verdade, e isso sim deve-se à manutenção da faixa de proteção ao Parque de Campismo. O Parque de Campismo da Orbitur é privado tem as árvores que tem porque não as pode pôr a baixo, o ICNF não autoriza. Aquelas árvores que lá estão são propriedade da Orbitur, tal como as outras são propriedade da Câmara, mas não têm a gestão, quem faz a gestão dessas árvores é o ICNF. A faixa de proteção foi cortada pelo ICNF. O lado mais a sul do Parque de Merendas está exatamente na mesma, requer uma intervenção de manutenção e até se está a pensar numa forma de integração cultural para recuperação daquele espaço. Em relação ao facto de não estar ninguém da Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora o senhor Presidente da Assembleia já justificou a ausência. O senhor Arlindo das Neves é das pessoas mais presentes, e interventivo, nas Assembleias Municipais, mas hoje, por questões pessoais não lhe foi possível estar presente. Relativamente às reuniões da Câmara Municipal elas realizam-se na primeira e terceira quinta feira de cada mês, sendo que as públicas são as da terceira quinta feira, isto se não houver nenhuma alteração. Caso haja alguma alteração sai um edital a marcar nova data. Quanto à questão das obras na Rua do Parque de Campismo aproveitou-se o facto de ficar perto quer do saneamento, que não tinha, quer do abastecimento do gás, que não tinha. A conclusão das obras está prevista para final deste mês ou início do próximo. No que respeita à habitação, essa é uma das questões que se tem debatido muito no país, e em Vagos em concreto. O Município tem aprovado uma Estratégia Local de Habitação que prevê o investimento total de dez milhões de euros, sendo que cinco milhões são financiados pelo IFRU. Os edifícios das escolas não foram integrados nesta estratégia porque se entendeu que podem ter um uso público muito mais alargado e melhor. A aposta foi na compra e recuperação de imóveis existentes nas aldeias e nos centros urbanos. A estratégia principal é a integração das famílias que mais necessitam, nomeadamente na Gafanha da Boa Hora onde foi feito um levantamento e se verificou uma série de famílias a precisarem de apoio para terem uma habitação condigna. A estratégia é adquirir e recuperar casas de centros urbanos. Sendo que na Gafanha ainda existe a questão de uma parte do Plano de Pormenor ser estipulada, não para habitação social, para uma habitação de integração de famílias com mais necessidades. Ao longo do último ano o Concelho recebeu cerca de cem pessoas refugiadas da guerra da Ucrânia, que já estão integradas, a viver em algumas habitações sociais que estavam disponíveis. O Município quer usar a habitação como uma forma de integração, daí o exemplo da Ucrânia, mas obviamente há outros. Há muitas famílias no Concelho de Vagos a precisarem de apoio, nomeadamente nas questões da habitação e por isso é que Vagos foi dos primeiros Municípios da Região a trabalhar na Estratégia Local de Habitação e

tem já seis candidaturas privadas. A Câmara Municipal está também a ajudar os privados a fazerem as candidaturas. Há uma componente pública e uma componente privada. Os privados também podem fazer candidaturas para reabilitação da sua própria habitação, caso sejam famílias referenciadas com necessidades sociais. Qual é o grande problema neste momento? É que hoje em Portugal há poucas empresas de construção, há poucos construtores civis e sobretudo há pouca gente a trabalhar na construção. Ao nível da construção vive-se uma crise brutal porque há falta de mão de obra, mesmo para ter orçamentos. As famílias para poderem fazer as candidaturas têm de ter três orçamentos e mesmo para os ter estão com imensas dificuldades em arranjar quem lhos dê.

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- Albano Gonçalves – O senhor Deputado Albano Gonçalves usou da palavra e começou por se congratular com os alcatroamentos que foram feitas na sua Freguesia. Em Covão do Lobo na Rua da Chousa e na Rua da Igreja Velha foi lá feito um alcatroamento, sem dúvida está muito melhor do que o que estava, mas continua-se a ter um tapete com umas ondas que quase que não faz falta as lombas. O senhor Albano pede à fiscalização da Câmara Municipal para ir verificar a situação e chame à atenção do empreiteiro. A empresa que fez o trabalho deve retificar aquele trabalho, porque foi paga para o fazer bem feito e não ficou. O mesmo empreiteiro fez a estrada da Rua Central e o trabalho ficou exemplar, muito bem feito. O senhor Albano Gonçalves congratulou-se, também, com os saneamentos que andam a ser feitos em Fonte de Angeão, no lugar de Parada de Cima, onde tem tudo corrido muito bem, as obras estão a andar bem, mas terá de haver uma chamada de atenção para uma situação. Onde não são feitos os alcatroamentos deve andar uma cisterna, porque o pó é muito e para as pessoas mais idosas, que estão em casa, aquela poeira toda não é saudável. Em relação às lombas nas estradas, há umas próprias para fazer o efeito que levam uns pins ao meio que se aplica muito bem. Tal como o senhor Presidente falou é um dever das pessoas conduzirem com calma e respeitarem a velocidade, porque assim já não há necessidade de aplicar lombas e estragar os carros. -----

----- Hugo Santos – O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e o primeiro assunto que abordou prende-se com os resíduos sólidos urbanos. No ano passado, durante o verão, houve problemas com a recolha dos RSU's, as coisas agora estão melhores, mas o senhor Deputado quer saber se a questão está controlada, para evitar que este ano volte a acontecer o mesmo, e perguntou se já foi feita essa planificação com a EcoAmbiente para salvaguardar a situação. Entretanto, deixou uma sugestão, isto é, fazer uma ação junto das escolas, com a proteção civil e os bombeiros, para alertar a comunidade educativa para os riscos da época balnear. Para terminar, lembrou os pagamentos da delegação de competências e referiu que em junho espera vir aqui à Assembleia agradecer os alcatroamentos na sua freguesia, porque é sinal que já estão feitos. -----

----- Miguel Tarenta – o senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra para colocar duas questões. A primeira questão tem a ver com uma notícia do Jornal O Ponto, de vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e três, na qual quase que houve ali um aproveitamento de chamar a si

todo o trabalho feito para salvar o colégio de Calvão. Não sabe se terá sido alguma confusão entre o passado político e o eventual futuro político da pessoa que deu a entrevista, se houve alguma delegação de competências por parte da Câmara nessa pessoa ou se a Autarquia efetivamente fez algum trabalho, e qual foi, para salvar o Colégio de Calvão, se o fez ainda bem . A segunda questão prende-se com a velocidade e perguntou onde é que vão ser colocadas as almofadas de redução de velocidade que foram adquiridas à empresa Brincantel, que reporta ao contrato publicado a vinte e nove de março de dois mil e vinte e três. -----

----- António Bastião – O senhor António Bastião usou da palavra e enalteceu o Posto de Atendimento na Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, que está a fazer um excelente trabalho, é de salutar. Entretanto, perguntou porque não estender esse trabalho a todas as Freguesias. Todas as Juntas de Freguesia têm edifícios próprios e esse trabalho poderia ser ampliado. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e começou por saudar as cada vez mais extensas e interessantes contribuições do público nesta Assembleia, porque realmente trazem achegas que devem ser levadas a sério, pois todos os vaguenses querem o melhor para o Município. O senhor Deputado, pessoalmente, não gosta de ser acusado de pouco sério, por trazer a esta casa factos que não são do conhecimento do senhor Presidente. Tal como prometeu na última sessão vai passar a basear algumas das suas intervenções, quando pertinente, em informações da imprensa. Para esta sessão trouxe o diário de Aveiro de seis de março de dois mil e vinte e três que refere que as Câmaras Municipais de Aveiro e Águeda vão promover a construção de uma variante entre estas duas cidades no valor de quarenta milhões de euros com financiamento garantido pelo PRR. O senhor Deputado fica perplexo, porque aqui em Vagos foi dito que não se arranja financiamento de cinco milhões de euros para fazer a ligação da A17 à zona industrial de Vagos, porque supostamente não há financiamentos para estradas. Os vaguenses têm curiosidade em saber e o senhor Deputado também, como é que os executivos do PSD de Aveiro e Águeda arranjam quarenta milhões de euros para financiamento de uma estrada e o Executivo PSD de Vagos até hoje não arranjou um cêntimo para o mesmo tipo de projeto. -----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e começou por se referir às transferências de competências. Já se falou aqui em alguns imóveis que estão no Concelho de Vagos, e, por isso, perguntou em que pé é que se encontra a transferência de competências do património. Questionou também sobre a EN109 e a Saúde, qual o ponto de situação da transferência de competências. Na transferência de competências da Educação houve, esta semana, um Ministro do Governo a dizer que não estava a cumprir com esta competência, com o princípio da neutralidade dos custos, e, por isso, o senhor Deputado pergunta se o senhor Presidente tem um levantamento da transferência de valores nesta competência e qual o custo real desta transferência de competências. Depois abordou o tema da economia, houve-se falar muitas vezes que não há terrenos nem no parque empresarial de Soza nem na zona industrial de Vagos e que não há áreas disponíveis para investidores. Aquilo que questionam muitas vezes ao senhor Deputado é que há terrenos vazios e não há construção à vista. O senhor Juan Carlos tem

conhecimento de que há alguns empresários que deixaram a oportunidade de construir, porque não conseguem empreiteiro. Neste sentido, pergunta ao senhor Presidente se todos os terrenos estão ocupados, principalmente no parque empresarial de Soza, e se há previsão de início de alguns investimentos nesta matéria. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que em relação a este último assunto, abordado pelo senhor Deputado Juan Carlos Martins, o grupo municipal do CDS já havia solicitado informações acerca dos lotes disponíveis quer no parque empresarial de Soza quer na zona industrial de Vagos. No entanto, o tema principal que o traz aqui é a obra feita na Vagueira para albergar animais errantes, e em particular a “matilha da Vagueira”. Neste sentido, pretende saber em que ponto está a obra, se está concluída, ou não, e se já está em funcionamento ou não. Para terminar, partilhou com os presentes uma “peripécia” que lhe aconteceu esta semana, devido ao mau estado das estradas do Concelho, ou seja, levou a sua viatura à inspeção e esta “chumbou”, porque os amortecedores não estavam em bom estado. O senhor Deputado aproveitou para reforçar que as estradas do Concelho precisam de mais atenção. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que traz aqui dois assuntos que já foram abordados pelo seu colega, mas entende que deve expô-los, também, de outra maneira. Em relação às estradas, mais em concreto a da Rua da Fonte em Vagos, aquela rotunda lá no fundo da rua parece que já é conhecida como a “rotunda dos três postes”. O senhor Deputado até se surpreende como é que não existiram lá mais acidentes do que aqueles que aconteceram, mas aquela rua continua a ser totalmente intransitável. A questão principal tem a ver com aquele que já chamam do “*MacGyver da chave das bocas*”, referindo-se ao Dr. Rui Cruz e à sua grande capacidade de “*com umas bocas no plenário, e umas bocas no privado*” resolver o problema. O senhor Deputado perguntou ao senhor Presidente da Câmara se ele se revê naquelas declarações, “*se lhe vai fazer um busto, se o vai condecorar no dia do Município ou se o vamos pôr a funcionar agora nesta questão da Saúde, outro dos problemas do Concelho, falar com o Dr. Rui Cruz a ver se ele apanha ali na esquina outro Secretário de Estado ou Ministro e resolve os problemas de Vagos. Finalmente temos um Deputado de Vagos, todos nós ficámos muito satisfeitos com a eleição de um político de alta estirpe nos corredores do poder em Lisboa e agora vimos que de facto as coisas funcionam, e funcionam com umas bocas.*” O senhor Deputado questiona o senhor Presidente se é, ou não é, verdade que tenha sido o Dr. Rui Cruz a desbloquear o problema do Colégio de Calvão. É, ou não é, verdade, embora nunca tenha aparecido, mérito dele, que resolveu as coisas. Os membros da Assembleia também gostavam de saber, não só em termos de transparência, mas, por um lado, para reconhecimento de todo o Concelho e, por outro, para perceber como é que isto funciona. É muito importante, porque é uma surpresa absoluta. A entrevista tem outros pontos muito curiosos, que terão causado alguns estragos dentro do PSD, mas esta não é matéria para aqui. -----

----- Óscar Lopes – O senhor Deputado Óscar Lopes usou da palavra e referiu que se continua à espera do relatório pericial do acidente ocorrido no Palacete Valdemouro. Há coisas que levam algum tempo, mas é importante ter essa informação para de alguma forma saber o que aconteceu. Em

relação à questão da Saúde houve reuniões com o Ministro, e bem, e o que o senhor Deputado quer saber é se em relação aos outros Centros de Saúde do Concelho se existem garantias de que se vão manter ou se vão sofrer algumas alterações. Por enquanto aquilo que foi acordado, e que se prevê que se mantenha, são dois, Covão do Lobo e Gafanha da Boa Hora, mas existem outros e é importante saber em que condições estão assegurados o futuro desses Centros de Saúde. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e começou por felicitar o senhor Presidente da Assembleia Municipal pela eleição enquanto Presidente da Associação Nacional de Dirigentes Sociais, que assim mantêm a sede aqui em Vagos, o que é muito importante para o Concelho. No que diz respeito à Câmara Municipal solicitou ao senhor Presidente alguns esclarecimentos. Primeiro sobre a inauguração do Museu do Brincar nas novas instalações, como é que está a correr desde que abriu portas. Relativamente à AdRA, porque se têm visto algumas intervenções, como é que estão os investimentos da AdRA no Concelho de Vagos. Entretanto, questionou também como é que correu a iniciativa Páscoa 2023 nas praias do Concelho, com os nadadores salvadores e o posto de turismo. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas, pelo senhor Deputado Nuno Moura, e referiu que mais importante que a Presidência da ANDS ser exercida por si é a sede de uma Associação Nacional, que é recente, mas que irá ser trabalhada para se tornar forte e pojanante na defesa do setor social a nível nacional, estar localizada no Concelho de Vagos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal. No entanto, começou a sua intervenção por se associar às felicitações ao senhor Presidente da Assembleia Municipal na eleição para Presidente da ANDS e saudar o senhor Deputado Hugo Santos que foi recentemente eleito Presidente da Concelhia do CDS de Vagos. Relativamente à Rua da Chousa e à Rua da Igreja Velha a Junta de Freguesia já tinha feito chegar essa situação à Câmara Municipal, que está a abordar essas questões com o empreiteiro. Como se sabe as empreitadas têm garantias e caso se verifique que o trabalho não foi bem feito tem de ser repostado ou então usam-se as garantias, caso seja necessário. Em relação às lombas elas foram adquiridas à Brincantel e irão ser usadas de forma parcimoniosa no Concelho. No que respeita aos RSU's, a planificação está feita e tem algumas condicionantes. O que aconteceu no ano passado espera-se que tenha sido circunstancial, por causa da falta de funcionários, e que não se volte a repetir. A Câmara Municipal tem estado a acompanhar todo o trabalho que é feito, quer no verão quer fora do verão, e a exigir à empresa que cumpra com o caderno de encargos a que está obrigada e que tem um reforço de trabalho no verão. Nesta altura há mais munícipes, com os emigrantes a regressarem, e mais turistas nas praias e, por isso, há um reforço da recolha nessa altura previsto no caderno de encargos. Quanto à ação junto das escolas no âmbito da proteção civil, quando foi a morte do Afonso, na praia da Vagueira, foi um dos compromissos que a Câmara Municipal assumiu e, portanto, está-se já a tratar disso, ou seja, de ir às escolas por forma a criar um alerta junto da população escolar, que como se sabe aproveitam aquele intervalo entre o final das aulas e os exames e vão para as praias, normalmente as não

vigiadas. Na época da Páscoa colocaram-se nadadores salvadores nas praias porque estavam previstas temperaturas altas para aqueles dias. O Posto de Turismo esteve aberto e houve mais de cem pessoas a passarem por lá. Quanto aos pagamentos respeitantes à delegação de competências os mesmos serão efetuados até final do mês. Em relação aos alcatroamentos está-se a fazer o procedimento e como implica um valor robusto demorará algum tempo a ser executado, mas será ainda este ano. Em relação à questão do Colégio de Calvão o senhor Presidente considera que quando qualquer cidadão que trata de um assunto e se preocupe com o seu Município deve ser de louvar. O senhor Presidente sabe, perfeitamente, todo o trabalho que a Autarquia realizou, sabe do trabalho que foi feito junto da então Secretária de Estado, Alexandra Leitão, que convenceu a vir ao Colégio de Calvão e ver de perto os problemas por que passava e sabe que resolveram os problemas deste estabelecimento de ensino, evitando que fechasse como aconteceu com a maioria das escolas que estavam na mesma situação. Nesta questão o que importa menos é de quem é o mérito, o que importa mais é que foram conseguidos os objetivos. A Câmara Municipal está absolutamente tranquila com o trabalho que desenvolveu. Entretanto, numa primeira parte, houve aqui também um trabalho absurdo por parte do Governo, porque era uma questão meramente ideológica que pretendia fechar o colégio, ou pelo menos estrangula-lo de forma a que ele fechasse. O senhor Presidente como não tem nenhum preconceito ideológico, nem na educação nem na saúde nem de qualquer outro setor, o que considera é que os cidadãos têm que ter acesso aos serviços, independentemente de quem é que o presta, sendo que o Estado não pode ser prejudicado. Sempre se manifestou a favor da continuidade do Colégio de Calvão, lutou-se e a partir de um determinado momento a própria Secretária de Estado percebeu os problemas e associou-se à parte de resolução do problema. Os méritos, cada um dirime como entende, e o senhor Presidente não tem que se pronunciar sobre a entrevista do Dr. Rui Cruz, tal como não tem de se pronunciar sobre a debandada que o Partido Socialista de Vagos está a ter neste momento. Já saíram elementos da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António, já saíram elementos da Assembleia Municipal. A vida interna de cada partido diz respeito a cada partido. O senhor Presidente terá a sua posição e opinião dentro daquilo que é o Partido Social Democrata, mas este não é o âmbito para debater essa questão. Relativamente ao Posto de Atendimento de Fonte de Angeão e Covão do Lobo o funcionamento é bom, tem vindo sempre aqui os números na informação do Presidente da Câmara, mas não é estendido a outras freguesias primeiro porque o protocolo feito na altura com a Agência para a Modernização Administrativa era para um posto e depois por razões financeiras, ou seja, é preciso estar lá uma funcionária, a substituição para fazer férias, e ainda por cima a Autarquia irá ficar com menos uma funcionária no atendimento. É sempre uma questão de difícil gestão e os recursos financeiros são sempre necessários e são escassos, não chegam para tudo. Em relação às questões do senhor Deputado Sidónio Sansana o senhor Presidente não o acusou de ser pouco sério, aliás, acusou-o num assunto em concreto onde não estava a ter um comportamento com o qual concordasse, ou seja, pouco sério. Na altura pôs em causa um procedimento de um concurso público feito pela Comunidade Intermunicipal. Quando se põe em causa a seriedade de todas as instituições, nomeadamente num concurso público que tem o visto do Tribunal de Contas, ou que está em

processo de visto do Tribunal de Contas, não é fazer-se uma análise séria dos problemas políticos que existem. Quanto às questões que coloca são questões sérias, porque é que a via Aveiro – Águeda tem financiamento do PRR e a de Vagos não tem. Esta foi uma opção do Governo, que nem sequer é do PSD, e porque na altura a Câmara Municipal de Águeda era independente. Entretanto, depois o candidato à Câmara Municipal foi pelo PSD e “às tantas” foi-se embora a estratégia de quem definiu essas prioridades. Se verificarem as obras que estão no PRR, e só o PRR é que permite financiamento de estradas, porque no Portugal 2020, que está a acabar, e no Portugal 2030 isso não é financiado, o que é financiado são as ciclovias, é uma opção política do Governo e não é uma opção política da Câmara Municipal. Ao contrário daquilo que o CHEGA já afirmou por diversas vezes, não dizendo a verdade, que o projeto era uma folha A4, durante a campanha o senhor Presidente aconselho-o a consultar o projeto para confirmar que não era verdade. Na altura havia alguns comentários de pessoas do CHEGA relativamente às expropriações que eram necessárias fazer na via Aveiro-Águeda e, por exemplo, Vagos já tem dezenas de expropriações feitas para a ligação da A17 à zona industrial de Vagos. O caso Aveiro-Águeda o senhor Presidente já ouviu falar muitas vezes, no caso da zona industrial de Vagos, a ligação à A17, está neste momento em execução, porque a expropriação de terrenos é fundamental para se proceder à obra a seguir. Isso já está a acontecer, duzentas e sessenta e seis pessoas com que já foram feitos os respetivos acordos de expropriação. Durante a campanha eleitoral o CHEGA dizia que isso não era possível e que a Câmara Municipal não ia conseguir fazer isso. No que respeita à transferência de competências, relativamente ao património houve ligeiras evoluções, neste momento a “bola” está do lado da Câmara Municipal, nomeadamente no que diz respeito à Casa dos Magistrados, em relação aos outros não há nenhuma evolução. A ideia é a Câmara Municipal recuperar aquele edifício e colocar lá alguns serviços públicos, porque com o aumento das competências é necessário mais espaço. A Câmara Municipal tem estado a tratar com o Centro de Educação e Recreio a utilização de um espaço para instalar alguns serviços da Câmara Municipal. Em relação à EN109 não há qualquer novidade. Na educação o prejuízo está no valor médio, por ano letivo, de seiscentos mil euros, ou seja, são mais seiscentos mil euros que a Câmara Municipal paga do que aquilo que recebe. Hoje houve o envio de uma verba no valor de quatrocentos mil euros. Nos outros setores as diferenças não são tão substanciais, mas se a Câmara Municipal não tivesse “batido o pé” na área da ação social recebia menos noventa mil euros, se não tivesse “batido pé” na área da saúde o auto de transferência não vinha com mais de cerca de cem mil euros. O Município ainda não assinou a transferência, porque ainda está a aguardar, no decurso da reunião que decorreu com o senhor Ministro e com o senhor CEO da Saúde, pela evolução. Em princípio ir-se-á fazer o auto de transferência, mas aguarda-se respostas relativamente aos Postos Médicos de Covão do Lobo e Gafanha da Boa Hora. Em relação aos animais errantes, o parque de matilhas está construído. Na semana passada houve uma reunião com os cuidadores informais da Praia da Vagueira no sentido de eles continuarem a colaboração para a captura dos animais errantes. Neste momento já foram capturados nove animais adultos e vinte e quatro cachorros que, entretanto, já foram todos adotados. Em breve prevê-se ser possível capturar toda a matilha e coloca-la no parque que já está

devidamente construído junto às instalações utilizadas pela Gaticão. Relativamente à Rua da Fonte esclareceu que a Câmara Municipal não teve conhecimento de nenhum acidente provocado pelas obras. Quanto ao relatório pericial da derrocada no Palacete a Câmara Municipal recebeu-o esta semana e, neste momento, está a ser alvo de uma análise jurídica para se perceber exatamente o enquadramento. Em breve será dado conhecimento do relatório à Câmara Municipal e depois ter-se-á de perceber como é que se fará uso do mesmo, provavelmente através dos porta vozes dos grupos municipais, mas em momento oportuno o senhor Presidente articula com o senhor Presidente da Assembleia Municipal a forma de fazer chegar essa informação, porque terá de ser gerida com alguma parcimónia atendendo ao assunto que é. A reabertura do Museu do Brincar trouxe mais de dois mil visitantes. Em relação aos investimentos da AdRA, neste momento são dois, um na Fonte de Angeão que já está em execução física e outro no Covão do Lobo que irá começar em maio. A taxa de cobertura de saneamento no Concelho passou de 26% em dois mil e doze para cerca de 70% no ano de dois mil e vinte e dois. Com estes dois investimentos ir-se-á aumentar a taxa de cobertura. O objetivo é chegar ao fim do mandato com uma cobertura de perto dos 100%. -----

----- Albano Gonçalves – O senhor Deputado Albano Gonçalves voltou a usar da palavra para deixar um alerta referente à estrada Rines – Sanchequias, por causa das tampas de saneamento. As pessoas têm-se queixado do barulho quando os carros passam. Se fosse ainda possível reparar a situação seria importante. Entretanto, referiu-se às casas em ruínas, casa tipo gandaresas, ou outro tipo de casas abandonadas, e casas dos emigrantes, e perguntou se havia alguma forma de os proprietários as colocarem ao dispor dos cidadãos, uma vez que já estão há muito tempo desabitadas. As casas em ruínas, saber se há algum meio de interceder junto dos proprietários para que eles as reabilitem recorrendo aos fundos que o senhor Presidente aqui falou, se é que ainda vão a tempo, ou se as podem demolir, uma vez que estão em ruínas e podem causar alguns problemas junto da comunidade. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que obviamente não tem nada a ver com o que se passa dentro do PSD, o que não quer é que Vagos volte doze anos atrás. Segundo o senhor Presidente a Câmara Municipal intercedeu junto da senhora Secretária de Estado que percebeu a questão e ajudou a resolver o problema do Colégio de Calvão. O Dr. Rui Cruz diz, na tal entrevista do dia vinte e dois de fevereiro, que a *“questão foi resolvida no orçamento de Estado de dois mil e vinte e dois, em maio, depois da minha interação com o Ministro da Educação. Antes disso já tinha tido uma interação com a Secretária de Estado da Educação, Alexandra Leitão, que conhecia bem a realidade, mas que não fez rigorosamente nada. O Ministro percebeu a gravidade da situação, face ao que disse em plenário, depois falámos em privado e foi resolvido o problema a curto prazo.”* A questão não é apenas saber as responsabilidades de cada um. A Dr^a Alexandra Leitão ajudou a resolver ou foi totalmente incompetente e foi preciso a *“tal boca”* para resolver o assunto. De facto, ninguém tem nada a ver com aquilo que se passa dentro da sede do PSD, mas diz o Dr. Rui Cruz, em relação ao assunto desagregação das freguesias, *“99% das palavras que estão nas três propostas de desagregação das Freguesias fui eu que as escrevi. Fiquei muito chateado pela falta de vontade política de pessoas que deviam ser os primeiros a fazer tudo.”*

Mais uma vez a verdade do Dr. Rui Cruz colide com aquilo que aqui se discutiu em dezembro passado sobre a desagregação das Freguesias e sobre essa grande vontade do grupo municipal do PSD, e até da Câmara Municipal, em apoiar esta desagregação. O grupo municipal do PS chamou à atenção, aqui na discussão, e perguntou qual é que tinha sido o envolvimento do Dr. Rui Cruz no processo, se tinha sido como advogado ou como jurista, ou se tinha sido mais do que isso, ou seja, se tinha sido uma intervenção de carácter político. Pelos vistos foi de carácter político, pois ele diz na tal entrevista que este foi o último trabalho de Deputado que fez em prol do Concelho de Vagos, escrevendo as propostas aqui apresentadas, mas como não tendo sido escritas por ele. Em relação à questão da transparência na política, *“seria bom que todos os vaguenses saberem se já têm lugares combinados para irem para deputados, ou para o cargo de Presidente de Câmara. Os vaguenses merecem saber se andam a combinar esta porta giratória de interesses pessoais.”* O senhor Deputado entendeu bem-vinda a entrevista do Dr. Rui Cruz, que é muito importante para a transparência da política em Vagos. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana voltou a usar da palavra e referiu que não sabe como é que se pode ser pouco sério apenas quando se questiona uma informação que foi divulgada pela empresa que ganhou o concurso, em meia dúzia de jornais. Aquilo que questionou, ao abrigo dos direitos da oposição, de que se vai falar aqui hoje, é que os números não batem certo. O senhor Deputado admite que o número da CIRA possa estar certo e que o número que a empresa divulgou possa ser uma gralha, porque é dez vezes superior, mas tem o direito de perguntar. Se isso é ser pouco sério, então, irá ser pouco sério muitas vezes. Em relação à questão que trouxe hoje, não é para dar na cabeça do mensageiro, a intenção é apenas porque parece que há uma diferença de tratamento da tutela em relação aos dois projetos. O Executivo deve fazer sentir à tutela que Vagos precisa tanto desta ligação como Aveiro e Águeda precisam entre estas duas cidades. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra e questionou se o que percebeu está correto, ou seja, que os animais que estavam no parque de matilhas foram adotados. O senhor Deputado referiu que tem algum conhecimento de causa sobre a situação, porque no dia de Páscoa foi fazer voluntariado para a Gaticão e teve oportunidade de ver o espaço que a Câmara Municipal criou, vazio. Quando colocou a questão sobre a conclusão daquela obra foi porque lhe pareceu que aquilo não está completo, porque se está completo não está em condições de receber animais, muito menos em grande quantidade. Entretanto, houve até um comentário, de alguém que trabalha na área veterinária, muito ligado à Câmara, que ia de encontro àquilo que acabou de dizer. O senhor Deputado não sabe se será possível fazer ali uma reavaliação do espaço, se for, fica a sugestão. Como foi levantada aqui a questão do Museu do Brincar o senhor Deputado perguntou se já existe inventário de mensuração, a descrição daquilo que foi comprado e quanto vale cada uma das peças adquiridas. -----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Carlos Martins voltou a usar da palavra para lembrar o senhor Presidente que não respondeu à questão do parque empresarial de Soza e da zona industrial de Vagos. Entretanto, não pode deixar de vir aqui e não comentar a intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar. O senhor Deputado Juan Martins entende que fica mal ao senhor

Deputado Óscar Gaspar vir aqui falar o que falou, porque provavelmente de “portas giratórias” o PS sabe muito bem como funcionam. Ao PSD não fere rigorosamente nada a entrevista do Dr. Rui Cruz. O senhor Deputado Óscar Gaspar referiu que não quer voltar há doze anos atrás, mas o senhor Juan Carlos não acredita nisso, o que não quer é voltar há vinte e dois anos atrás, isso é de certeza, quando o PSD ganhou. O senhor Deputado considera que fica muito mal ao senhor Deputado Óscar Gaspar fazer comentários sobre um ilustre membro e Deputado do PSD, porque o senhor Óscar Gaspar também já fez parte do Governo e nunca ouviu ninguém nesta Assembleia a comentar nenhuma posição que tenha tido. -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para responder às questões colocadas. Sobre esta questão dos “*faits divers*” trazidos aqui pelo senhor Deputado Óscar Gaspar, uma pessoa que faz parte de um partido que nem Concelhia consegue formar, por não ter elementos suficientes, ver sair os dois membros da Assembleia de Freguesia de Vagos e Santo António, ver sair um membro da Assembleia Municipal, com poucas gentes nas suas estruturas, o senhor Presidente percebe o nervosismo e consegue ser solidário com isso. No entanto, considera que o PS em Vagos até tem outros assuntos com que se preocupar, porque a “*pouca vergonha que tem sido dada a conhecer*” aos portugueses sobre o que se passa, por exemplo, na TAP, e, por isso percebe-se que haja necessidade de desviar os assuntos. Na entrevista o Dr. Rui Cruz manifestou uma vontade, que é legítima, de alguém que esteve doze anos à frente da Câmara Municipal, e o PSD terá outros, e outras, candidatos com certeza. Há uma coisa que o PSD tem, é muitos candidatos, ao contrário do PS que são tão poucos que irá ser difícil arranjar um que esteja interessado em concorrer. O senhor Presidente prefere estar no PSD que tem esta riqueza de poder ter várias pessoas que se podem candidatar e apresentar um trabalho digno à frente dos desígnios da Autarquia. Quanto à questão da desagregação das Freguesias a Câmara Municipal deu toda a colaboração às Juntas de Freguesia através do Dr. Laerte Pinto, para fundamentar tudo aquilo que era necessário em termos jurídicos e das matérias que eram necessárias trazer aqui à Assembleia Municipal. Em relação à senhora Secretária de Estado Alexandra Leitão, agora Deputada, o que pode afirmar é que ela a partir do momento que veio ao Colégio de Calvão, e percebeu as necessidades e o que é que aquele estabelecimento de ensino representava, a postura em relação ao Presidente de Câmara, e à situação em concreto, mudou e foi parte da solução do problema no início, quando ele surgiu em 2016/2017. Na altura em que a senhora foi Secretária de Estado a relação começou pessimamente e, depois, por mérito dela, e com certeza pelo do Presidente de Câmara, as coisas foram-se alterando e ela fez parte da solução. O senhor Presidente não pode, no entanto, deixar de agradecer as palavras do senhor Deputado Óscar Gaspar, quando este referiu que não quer que o Município volte doze anos atrás, o que significa que está a dar um grande mérito a este Executivo. Em relação à intervenção do senhor Deputado Sidónio Sansana o senhor Presidente esclareceu que o senhor Deputado, na última sessão, não veio questionar, e quando põe em causa um concurso público está a ser pouco sério, sim, porque este tipo de concurso tem regras, estão abrangidos pelo código de contratação pública e são feitos em plataformas informáticas absolutamente invioláveis. Quando se põe em causa o que se passa num

concurso público não se está a ter uma análise séria. Sempre que quiser perguntar, e fez várias questões sobre a matéria dos transportes, as linhas, o que é que foi feito em Vagos, tudo o que aqui foi questionada, a Câmara Municipal está sempre disponível para responder, aqui, ou se não o consegue fazer no momento fá-lo mais tarde, como irá fazer com o CDS relativamente a uma série de questões que colocou sobre a exploração de inertes. Desta Câmara Municipal nenhum membro da Assembleia Municipal se pode queixar de falta de cedência de informação, porque se não a der aqui fá-lo depois, quer por escrito quer por via oral nesta Assembleia. Em relação às diferenças de tratamento da tutela o senhor Presidente compreende, e até subscreve, porque quando as decisões não são da Câmara Municipal a única coisa que se pode fazer é manifestar-se contra elas. Na verdade, a Câmara Municipal tem feito muito trabalho e, por exemplo, na questão da EN109, o senhor Presidente da Câmara tem questionado, por diversas vezes, o senhor Deputado Bruno Julião, que também faz parte do Governo, porque é que esta situação não está resolvida. O grupo municipal do PS nunca se manifestou sobre essa matéria, porque, obviamente, o PS não tem nenhum interesse em resolver este problema, nomeadamente todas as matérias que eram da tutela do Ministro das Infraestruturas Pedro Nuno Santos e que agora está com João Galamba. Esse assunto também já foi abordado publicamente com a senhora Ministra Ana Abrunhosa e não se obteve qualquer resposta, embora, nesse caso, haja um pouco mais de boa vontade. Em relação aos animais do parque de matilhas, os animais adotados foram os cachorros, os adultos não. O espaço está feito de acordo com o que são as características de um parque de matilhas. Aquele espaço não é um canil, é um parque de matilhas para os animais andarem à solta, espaço livre onde só têm bebedores, comedores e um sítio para se abrigarem quando está chuva e frio. A Câmara Municipal tem uma veterinária municipal, que é autoridade sanitária do Concelho e é a ela que o senhor Presidente pede opiniões técnicas fundamentadas. O resto são “bocas”, são opiniões. Quanto ao Museu do Brincar foi entregue uma tranche com cinco mil brinquedos que foi paga e, depois, irá ser feito o pagamento das outras tranches. Em relação aos terrenos do parque empresarial de Soza há dois projetos a ser analisados na Câmara Municipal, relativas a duas edificações, uma na parcela A e outra na parcela B. Os terrenos estão todos tomados com projetos que no entender da Câmara Municipal têm “pernas para andar”. Tirando três lotes que foram alvo de permuta, todos os outros foram adquiridos por projetos industriais, por exemplo, a UNIBIKE ainda tem mais dois lotes que irá usar para fazer, em breve, uma expansão da atividade. Neste momento não há lotes e o que a Câmara Municipal está a fazer é no processo do PDM que está a ser elaborado considerar a hipótese de na parcela E, que fica entre a estrada que vai para Verba e a estrada que vai para a Palhaça, ser desafetada e ser alterado o uso do solo para se poder criar mais lotes e instalar novas unidades. Sendo certo que, e é bom que se tenha essa noção, novas unidades implicam mais pessoas, mais pessoas implica mais habitação, mais escolas e, portanto, o crescimento tem de ser consolidado com outras apostas do Município. Instalar mais empresas, neste momento, cria um problema muito grande e é preciso resolver os problemas todos ao mesmo tempo. -----

-----F – Período da “ordem de trabalhos”: -----

----- PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros, no entanto quis fazer alguns esclarecimentos em algumas áreas. Na área da gestão urbanística não há referência de nenhum processo para extração legal de inertes. Nos últimos tempos houve quatro autos levantados no âmbito da exploração ilegal de inertes. Neste momento, não há nenhuma exploração a funcionar de forma legal. Em relação à exploração de areias, nos últimos seis meses não foram emitidas licenças de exploração de areias. A fiscalização de exploração de inertes é da responsabilidade da ASAE, GNR, o CEPNA e a Câmara Municipal. Em relação à Câmara Municipal, desde dois mil e dezasseis, foram levantados vinte e seis processos de contraordenação relativamente a este tema, sendo que dezassete se concentram nos anos dois mil e vinte dois e dois mil e vinte e três, treze no ano dois mil e vinte e dois e quatro no ano dois mil e vinte e três. Estes autos são muitas vezes contestados pelos alvos e, por exemplo, ainda na semana passada um dos autos, em tribunal, a senhora Drª Juiz ilibou o alvo do auto. Aquilo que era uma condenação do pagamento de uma coima de dezasseis mil euros transformou-se em nada. É um processo que tem de se trabalhar e a Câmara Municipal está a fazer o seu melhor. No que respeita ao tema da saúde, em relação à unidade de Saúde de Ouca terá de se tratar do processo com alguma celeridade, com a Junta de Freguesia, o proprietário do espaço, para se fazer uma pequena intervenção, que não é difícil de fazer, para poder manter este Posto a trabalhar. Em relação a Soza e Ponte de Vagos estão referenciadas essas duas intervenções no âmbito do Portugal 2030, para serem efetuadas com recurso aos fundos comunitários. Relativamente à informação que o senhor Presidente da Assembleia Municipal quis frisar que foram muito bem recebidos quer na ARS, mas sobretudo junto do senhor Ministro da Saúde e do senhor CEO da Saúde. O senhor Presidente fez questão de referir isso na última reunião que tiveram e, por isso, não sentiu necessidade de pôr isso na informação escrita, porque a informação já havia sido dada aos senhores porta vozes de todos os grupos municipais. A informação foi no sentido de assegurar que se estavam a seguir todos os passos necessários para que fossem mantidos em funcionamento o Posto Médico da Gafanha da Boa Hora e o Posto Médico do Covão do Lobo. Neste momento, formalmente, eles vão ser mantidos abertos, tem de se arranjar soluções que passam também por um empenhamento por parte do Governo, o que foi assegurado por parte do senhor Ministro e do senhor CEO da Saúde. De referir, e já disse isto na reunião dos porta vozes, que o senhor Deputado Óscar Gaspar teve uma intervenção bastante positiva neste processo. O senhor Presidente fez questão de dar conhecimento público desta intervenção, porque quando um cidadão de Vagos faz algo de bom pela sua terra, independentemente da cor política, deve ser reconhecido e dar-se esse elogio público, como aconteceu com o senhor Deputado Óscar Gaspar que ajudou bastante neste processo. -----

----- Juan Carlos Martins – o senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra para deixar uma ressalva sobre a questão da educação, e já não é a primeira vez que o faz. A informação sobre a educação refere única e exclusivamente o Agrupamento de Escolas de Vagos, os dados que vêm aqui são sobre o Agrupamento de Escolas de Vagos, e o Concelho não é só o Agrupamento de Escolas de Vagos. O senhor Deputado refere-se especificamente ao número de alunos do pré-escolar, o que aparece aqui, por exemplo, em abril de 22/23 de quatrocentos e noventa alunos em pré-escolar não está correto, porque existem mais de duzentos alunos no pré-escolar das IPSS's. Já não é a primeira vez que o senhor Deputado faz esta observação, e a intenção é tornar os valores corretos no Concelho de Vagos. Depois há aqui uma discrepância quando se olha do pré-escolar para o 1º Ciclo, há uma diferença substancial de alunos o que muitas das vezes pode levar a um raciocínio incorreto. Também seria importante colocar nesta informação a questão das creches, ou seja, fazer referência ao número de crianças em creche. -----

----- Miguel Tarenta – O senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra e começou por referir-se à informação jurídica, nos danos em veículos automóveis há um processo onde se chegou a acordo por nove mil euros e um outro que se encontra pendente no valor de vinte e três mil euros. O senhor Deputado perguntou o que é que tem sido feito para minimizar o risco e evitar que este tipo de situações aconteça e se há, ou não, algum plano de intervenção de estradas para acabar com estes processos. Na área de desporto e juventude questionou qual o número de participantes na piscina, porque aqui só aparece o total, há semelhança do que aparece no espaço de apoio ao cidadão, em que é apresentada a diferença entre Fonte de Angeão e Vagos. Quanto aos serviços operacionais, parece que deram ouvidos ao Partido Socialista de Vagos, já não aparece as limpezas e trabalhos diversos e é de salutar essa alteração. Em relação ao serviço de apoios agrícolas continua a aparecer aqui números reduzidos e o senhor Deputado pergunta quais são as consequências que a Câmara Municipal retira dessa situação, se será desconhecimento por parte das pessoas, se será dos serviços que a Câmara Municipal poderá disponibilizar ou outro motivo qualquer. Depois, na área do Desenvolvimento Económico, o Gabinete de Apoio ao Imigrante a que período é que estes dados se reportam, a distribuição das nacionalidades, e quais os assuntos, normalmente, abordados. Quanto à incubadora de empresas questionou quando é que deu entrada a última empresa. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que segundo esta informação a dívida já está acima de catorze milhões de euros, está-se a quatro milhões e qualquer coisa do limite legal de endividamento e parece que se está na senda de lá chegar. A dívida a fornecedores, a conta corrente, praticamente duplicou, mais ou menos, desde a altura do início deste mandato. A dívida a fornecedores de investimento quadruplicou no mesmo período. Aparentemente, deixou de haver dinheiro para pagar a fornecedores, é o que o senhor Deputado conclui quando olha para a evolução destes números. Provavelmente, por isso a informação sobre obras, que consta, é muito escassa, porque aparentemente isto resulta que muitas obras vão ficar paradas. Olhando para a informação que é prestada, sobre o Palacete, por exemplo, cento e cinquenta mil euros mais para uma estrutura de contenção, provavelmente para o aumento recorrente de um estudo estrutural encomendado que custou mais dezasseis mil euros e cujo as

conclusões não se sabe. O que há referido é isto, são remendos para tentar controlar os danos que ali existem, soluções definitivas nada, determinação de responsabilidades nada referido. Na ótica do senhor Deputado parece que se realmente houvesse uma solução definitiva para o Palacete, para implementar, então é que o limite de endividamento ficava já ultrapassado e, portanto, esta solução definitiva não pode ser para já. Em relação à rua da Fonte não consta nada nesta informação, até parece que a obra está concluída. No que respeita à Estação Náutica da Praia da Vagueira parece que era para fazer este ano, mas não consta na informação. Se isto é sinal de que finalmente concordam com o senhor Deputado e que aquilo tem muita coisa que é inviável tecnicamente que se assumam e se esqueça o projeto. Agora, assim parece que há coisas que andam a ser escondidas.

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que aquilo que reflete a informação do senhor Presidente é que a Câmara Municipal paga pior do que o que estava a pagar. E se está a pagar em condições piores do que estava, pergunta se está a pagar-se mais caro aquilo que se está a comprar. Qualquer fornecedor que vá fornecer uma Câmara e há um ano estava a receber a trinta dias e agora passa a receber a noventa, obviamente que as coisas não poderão funcionar da mesma maneira, num exercício prático de comparação, e, portanto, fica aqui a questão para esclarecimentos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer as questões levantadas. Em relação às questões do senhor Deputado Juan Carlos Martins, vai trabalhar melhor os números, mas não há nenhum erro, porque os dados que aparecem são os do Agrupamento de Escolas. Os números estão bem e a refletir algo bastante positivo, ou seja, mais cento e tal alunos nas escolas do Concelho. O que se espera é que haja mais acordos para os lugares de creches, porque são escassos e é necessário que haja um reforço no Concelho. Quanto às questões do senhor Deputado Miguel Tarenta, os danos nas estradas na maior parte dos casos, a Câmara Municipal tem ganho, há um ou outro que perdeu, e um ou outro que por via do desenvolvimento do processo se chegou a acordo. É evidente que isto vai continuar a existir sempre, porque nunca se vai conseguir ter todas as estradas devidamente pavimentadas. Pode-se falar no que ainda falta fazer, e é obviamente uma análise, mas poder-se-á falar em tudo o que foi feito, outra análise, uma análise diferente. Por exemplo, só entre a estrada Rines – Sanchequias e a ligação do Covão do Lobo para o Rio Tinto há um investimento a ultrapassar os cinco milhões de euros, depois os recursos não chegam. É obvio que a vossa função aqui é trazer aquilo que está mal, mas também há coisas que estão bem. Quanto à questão do apoio agrícola a Câmara Municipal tinha uma prestação de serviços, uma parceria, com uma entidade, também de cariz público, de Sever do Vouga a AGIM. Esta entidade trabalhava em conjunto com a Câmara Municipal, no início houve muita procura, depois começou a diminuir e optou-se por contratar o serviço a pedido, ou seja, só quando há uma solicitação. Muitos projetos agrícolas, e bons, que o Concelho tem são já de agricultores com alguma dimensão. Quem procura o apoio da Câmara Municipal são mais pessoas que vão iniciar atividade agrícola e que têm poucos recursos. Em relação à incubadora há uma empresa que entrou recentemente, mas o senhor Presidente não consegue precisar a data agora, comprometendo-se a fazê-lo na próxima sessão. Relativamente à intervenção do senhor Deputado

Sidónio Sansana a dívida aumentou, é um facto, sendo que a análise tem que ser sempre feita no final da prestação de contas, que é o que se irá fazer a seguir. Sendo certo que, e o senhor Deputado deverá reconhecer isso, sempre que se está na apresentação de um orçamento, que o senhor Presidente entenda que irá significar um aumento de dívida, a Assembleia Municipal é alertada. Os empréstimos são pedidos com autorização da Assembleia Municipal. Agora, há uma coisa que não se consegue, é fazer investimentos sem ter dinheiro. Em relação ao Palacete as obras nunca pararam e quanto à questão do financiamento já está aprovado um empréstimo bancário, por esta Assembleia Municipal. Neste momento, a Câmara Municipal está a negociar junto da CCDR para que se possa financiar a parte que não está ainda financiada pelo Portugal 2030, e isso é possível hoje. Quem esteve na sessão onde participou a Dr^a Isabel Damasceno, Presidente da CCDR, sabe que esse tema foi abordado. A Estação Náutica da Vagueira está parada por outras razões, tem a ver com problemas com o empreiteiro. A informação que o senhor Presidente tem é que a obra irá começar em breve. O problema não tem nada a ver com o financiamento, porque a Autarquia tem confirmados meio milhão de euros para financiar aquela obra a fundo perdido. Em relação às dívidas a fornecedores, em junho o Município receberá o seu maior “bolo” de receita e essas dívidas serão saldadas. Em relação ao relatório sobre a derrocada do Palacete, o senhor Presidente acabou de dizer ao senhor Deputado Óscar Lopes que a Câmara Municipal recebeu esta semana o relatório e que o mesmo está a ser alvo de análise forense, e depois irá ser dado conhecimento, e o senhor Deputado Sidónio Sansana na sua intervenção refere-se ao estudo estrutural que foi encomendado cujo o resultado desconhecemos por completo. Este tipo de comentários não devem ser feitos, tal como não se deve dizer “*parece que há coisas a serem escondidas.*” É lançar a suspeição sobre toda a gente e isso não fica bem a ninguém. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que já previa que na sessão de hoje se pudesse ter um compêndio de como funciona a política em Vagos, e não se arrepende desse pensamento. No caso deste ponto da ordem de trabalhos mais uma vez não se está a discutir o que está e sim o que não está. Era muito óbvio para qualquer vaguense que este mês, ou neste período, não tem uma palavra sobre a educação, e lembrou o turbilhão que já aqui houve de discussão sobre o momento pelo que passa a educação e nada se disse sobre isso. Entretanto, sobre a saúde também nada se disse, a justificação do senhor Presidente de que houve uma reunião, obviamente, não colhe a informação do Presidente, porque esta é para dar conta da atividade neste período, assim como não consta nada de relevante sobre Palacete e sobre o que aconteceu nos últimos meses. As questões do senhor Deputado prende-se com dois assuntos que constam da informação do Presidente e têm a ver com a área social. No documento refere a existência de dois sem-abrigo em Vagos e esta é uma situação que choca os vaguenses, porque não estavam habituados a esta situação no Concelho de Vagos. O senhor Deputado não sabe se há só dois, mas ainda assim é uma situação preocupante e, por isso, questionou o senhor Presidente sobre o que está a ser feito nesse sentido. Questionou, também, quando o senhor Presidente diz que o SAS foi assumido pela Câmara Municipal, se houve algum interregno entre a Misericórdia de

Vagos e a Câmara Municipal ou não. Em relação aos imigrantes, que foram acolhidos pelo Concelho de Vagos, perguntou se há alguma identificação por nacionalidade e por tipo de necessidades. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e esclareceu que quanto à questão do SAS não houve nenhum interregno, não foi interrompida a ação, porque os processos foram sendo passados de uma forma automática. Entretanto, um dos recursos humanos estava para ser contratado pela Câmara Municipal, mas a senhora em causa não está interessada em fazer uma prestação de serviços. O Núcleo da Ação Social já tinha sido reforçado com uma pessoa em janeiro, em março com outra e hoje vem a esta sessão uma alteração ao mapa de pessoal para ser possível integrar mais uma outra pessoa nos serviços sociais, para poder responder de forma clara às necessidades. Quanto à questão dos sem-abrigo a situação está a ser acompanhada pelos serviços de ação social. Uma das situações o próprio Presidente da Câmara já teve a oportunidade de interagir e tentar dissuadir a pessoa dessa situação, porque há a possibilidade de o retirar da rua e foram-lhe apresentadas soluções, mas a pessoa em causa não quer sair dessa condição. Quando a pessoa não quer torna tudo muito mais difícil. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO 2022;** -----

----- Sobre este assunto, e para efeitos de cumprimento do disposto no nº 2, do artigo 10º, da Lei nº 24/98, de 26 de maio, e alínea u), do nº 1, do artigo 35º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, na reunião de 16/03/2023, deliberou remeter à Assembleia Municipal o Relatório de Observância do Direito de Oposição (Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022). -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- Miguel Tarenta – O senhor Deputado Miguel Tarenta usou da palavra e referiu-se a reunião de preparação técnica da Assembleia Municipal, nomeadamente no que toca à prestação de contas. A reunião foi agendada para as dezassete horas só que é um horário difícil para que as pessoas compareçam, devia ser agendada para depois das dezoito horas que já facilitaria um pouco esse trabalho, à semelhança do que acontece, por exemplo, com as reuniões do Conselho Municipal da Juventude. O direito de oposição já este ano começou mal, porque o grupo municipal do Partido Socialista, pelo menos os membros eleitos, não receberam convite quanto à vinda da Drª Isabel Damasceno para a inauguração da Escola de Quintã e visita à zona industrial de Vagos. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que em relação à hora da reunião técnica a mesma foi agendada no ano passado há mesma hora e não houve nenhuma manifestação. Aliás, este ano foram convocados todos os grupos municipais, para as dezassete hora, que foi a hora que o senhor Presidente da Câmara se disponibilizou para o fazer juntamente com o apoio dos técnicos da Autarquia, e não houve da parte do grupo municipal do PS nenhuma chamada de atenção para se alterar a hora. É estranho que

essa manifestação seja feita aqui e agora, depois do PS não poder estar na reunião. Isso é que estranho, é uma questão de respeito. O senhor Presidente tem procurado, desde sempre, que estas reuniões preparatórias da discussão da prestação de contas aconteçam com todos os grupos municipais, precisamente para esclarecer questões mais técnicas e do âmbito contabilístico, porque o âmbito político é para ser feito aqui. Agora, vir aqui dizer, ao abrigo de uma discussão do estatuto do direito de oposição, que a hora da reunião não era a mais correta, não faz sentido, podiam-no ter feito antes. Se assim fosse talvez se encontrasse uma possibilidade de alterar e agendar para outra hora. Porque é que aguardaram para falar nisso só agora e não quando a reunião foi convocada? Perguntou. No ano passado foi agendada para a mesma hora e não houve nenhuma questão levantada. É no mínimo estranho. Tem de haver mais responsabilidade. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que está inteiramente de acordo com o senhor Presidente da Câmara. Há coisas mais importantes em direito de oposição do que este relatório, como por exemplo fornecer a informação que a oposição solicita sem essas questões de que é incómoda e dos jogos de palavras. É preciso, realmente, ter soluções concretas e dar respostas concretas à oposição. O relatório em si é uma formalidade, é um *copy paste*, é igual ao do ano passado. O senhor Deputado Óscar Gaspar ia ter dificuldades em pegar nos dois relatórios e ver vírgulas em sítios diferentes porque não há. Só há três diferenças entre o relatório do ano passado e do deste ano: no ano passado está a foto do edifício da Câmara e este ano está o logotipo; a pessoa que o atualizou lembrou-se de mudar a data; o do ano passado tinha a assinatura do Presidente da Câmara o deste ano não. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que o senhor Deputado Sidónio Sansana falou muito, mas não disse nada. Quantas vezes é que o Presidente de Câmara, nesta Assembleia, se recusou a dar qualquer informação por escrito, quando é solicitada, ou em respostas às questões, quando elas surgem aqui, a qualquer Deputado da oposição? Quantas vezes? Perguntou. Zero. Aliás, pegando nesta questão do senhor Deputado Miguel Tarenta, não deixa de ser irónico, o senhor Presidente da Assembleia Municipal desde que foi eleito procurou sempre articular com a Câmara Municipal a possibilidade de haver reuniões técnicas para discutir os documentos. O senhor Presidente da Câmara marcou a reunião técnica naquele dia às dezassete horas porque aquela reunião como o próprio nome indica é técnica, portanto, com os técnicos da Câmara que têm um horário de trabalho. Pelo senhor Presidente estas reuniões podem realizar-se à noite. Neste dia o senhor Presidente foi reunir com o MAR 2020 às catorze horas e às dezassete horas estava na Câmara Municipal para reunir com a oposição e não apareceu ninguém, nem um deputado da oposição. E depois vêm para aqui reclamar o estatuto de direito de oposição e que o relatório é igual. É preciso que cada um assuma as suas responsabilidades. Isto de estar na política não é só vir aqui “mandar uma bocas”, é preciso trabalhar. Por isso é que o Partido Socialista não trabalha e depois não tem os resultados e queixam-se que o Executivo tem o poder absoluto na Câmara Municipal, na Assembleia e nas Juntas de Freguesia. –

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que a primeira ideia que teve é que isto fez-lhe lembrar o documento do Dr. Paulo Portas sobre a reforma do Estado.

O documento tem um tipo de letra tamanho catorze, um espaçamento de dois e nove páginas, sendo que até à página seis é o enquadramento e não diz absolutamente nada. A lei diz que estes relatórios são enviados aos titulares do direito de oposição a fim de que sobre eles se pronunciem, mas não foi, o que viola o próprio e a metodologia prevista neste caso. O senhor Presidente da Câmara, supostamente, aprovou este relatório e mandou-o publicar no dia dez de março. A oposição só conheceu este relatório quando foi enviado agora, aquando da preparação da Assembleia Municipal. Este relatório não foi submetido aos titulares do direito da oposição. O senhor Deputado Miguel Tarenta colocou uma questão a título de exemplo, a reunião de preparação para esta Assembleia foi marcada para as dezassete horas da tarde de uma quinta-feira. Como os vaguenses que estão em casa perceberão só quem trabalha, ou mora, na Rua da Saudade é que normalmente terá possibilidade de ir a uma reunião naquele horário. O senhor Presidente da Assembleia também já marcou sessões, ao contrário daquilo que é normal, para outros dias que não a sexta feira e nunca perguntou se os membros estavam disponíveis ou não. O senhor Deputado percebe que a maioria esmagadora tenha alguns efeitos e de facto este relatório é apenas um cumprimento de um formalismo. Contudo, afirmou, com toda a franqueza, que não falta liberdade em Vagos, mas também era o que faltava. A oposição tem toda a liberdade de falar, de criticar e de exprimir à Câmara Municipal, isso é absolutamente verdade e é bom que fique claro. No entanto, nos diversos procedimentos a Câmara Municipal cumpre aquilo que tem de cumprir, e nada mais, e não deixando de dizer que o que está aqui em causa é o cumprimento daquilo que é a maioria que ganhou as eleições e o resto têm de “gramar”, porque foram eleitos, mas são muito pouco ouvidos. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o senhor Deputado Óscar Gaspar tomou conhecimento, na qualidade de porta voz do grupo municipal do PS, da reunião e não levantou nenhuma questão, quando o podia ter feito. A posição que está a ter agora podia-a ter tido aquando da marcação da reunião e o senhor Presidente até lhe reconhecia alguma razão, se tivesse feito alguma sugestão ou tivesse manifestado perante o senhor Presidente que agendou a reunião a exemplo do ano passado, à mesma hora, às dezassete, e a mesma não fosse acolhida. Agora, quem não diz rigorosamente nada, sendo convocado para esta reunião que é importante, atendendo ao tema, e vem aqui, neste ponto específico e utilizar quase a mensagem que a oposição não está a ser respeitada, o senhor Presidente não pode tolerar e deixar de dizer o que tem de dizer. O senhor Presidente teve o cuidado, e vai ter de o dizer, embora não costume fazê-lo, de telefonar na hora da reunião ao senhor Deputado Óscar Gaspar. O senhor Deputado não atendeu e enviou uma mensagem. O único Deputado a confirmar que não poderia estar presente foi o senhor Sidónio Sansana. A forma como a questão foi apresentada aqui pelo grupo municipal do PS, e neste ponto específico da ordem de trabalhos, é para dar a entender que a reunião foi marcada por forma a que o PS não participasse, quando ninguém manifestou nenhum problema aquando do agendamento da mesma. Por respeito, por bom senso e boa fé deviam tê-lo feito antes, e aí o senhor Presidente reconhecia alguma razão se não tivesse acolhido essa preocupação em relação à hora. Como não o fizeram, o que o senhor Presidente deduz é que isto é

um aproveitamento claro de uma situação por terem faltado à reunião, e não pode tolerar isso quando tem feito um esforço para que estas reuniões aconteçam participadas por todos. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana voltou a usar da palavra e referiu que não é de bom senso invocar falta de vontade de vir a uma reunião. Na terça feira às dezassete horas o senhor Deputado estava a trabalhar na Amadora. Se fosse quarta feira, que tem a tarde livre, vinha e voltava para a Amadora no mesmo dia. Em segundo, responder é dizer assim “*olhe, eu agora não sei eu vou ver*” não é dizer que a pessoa tem má fé. -----

----- Miguel Tarenta – O senhor Deputado Miguel Tarenta voltou a usar da palavra e referiu que quanto à questão da hora esta é complicada para a maioria das pessoas. Se o problema aqui é não existirem funcionários da Câmara para estarem presentes e assegurarem os trabalhos, porque já passa da hora de expediente, é uma coisa, o resto não. O problema aqui é que são outras pessoas que têm outras ocupações profissionais e as dezoito horas é uma hora que facilita um pouco mais a situação. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que concorda com o que disse o senhor Deputado Miguel Tarenta, tinha era de ser dito antes da reunião, ou seja, se tivessem alertado que a hora era inconveniente. Da mesma forma que é inconveniente para os senhores Deputados também o é para o senhor Presidente. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que o senhor Presidente da Assembleia Municipal ainda não percebeu que o Partido Socialista não queria participar da reunião. Não é uma questão de estar a sugerir hora, não era para participar. O senhor Deputado Óscar Gaspar acabou de confirmar que nem lhe ligou, só enviou uma mensagem porque o senhor Presidente da Assembleia lhe ligou. A vontade não era participar, era vir aqui “fazer algum circo”. O senhor Deputado Miguel Tarenta afirmou aqui que as reuniões do Conselho Municipal da Juventude são agendadas fora do horário de trabalho, porque são feitas exclusivamente por políticos. Agora, quando há técnicos da Câmara Municipal envolvidos, o chefe da divisão financeira, tem de ser num horário que lhe permita poder estar. Mas se for sugerido outro horário, o que nunca fizeram, pode acertar-se, mas é uma questão de vontade, ou seja, o PS não tinha vontade de participar na reunião. Na verdade, o Partido Socialista nesta Assembleia nunca tem vontade de ser esclarecido, tem vontade de trazer e fazer o “número”. Quanto às questões do senhor Deputado Óscar Gaspar este não irá, com certeza, falar de maiorias esmagadoras e como Partido Socialista degradou uma maioria absoluta, que teve, no prazo de um ano. Os senhores são “useiros” e “vezeiros” em usar as maiorias de forma esmagadora. Em relação ao convite, que não terá chegado, o senhor Presidente irá averiguar a situação, porque a informação que tem dos serviços é que foi enviado. -----

----- A senhora Deputada Marisa Silva ausentou-se da sala durante a discussão do ponto, pelas vinte e uma horas e vinte e seis minutos. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO TRÊS: REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DAS MODALIDADES AFINS DE**

JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTRAS FORMAS DE JOGO DO MUNICÍPIO DE VAGOS – APROVAÇÃO; -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 06/04/2023, que, para efeitos do disposto no artigo 25º, nº 1, alínea g), do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe à Assembleia Municipal a aprovação do Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e outras formas de jogo do Município de Vagos. A Nota Justificativa acompanhou o projeto de regulamento, em cumprimento do disposto no artigo 99º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu autorização ao senhor Presidente da Mesa para ser a senhora Vereadora Susana Gravato a apresentar o ponto.

----- Vereadora Susana Gravato – A senhora Vereadora Susana Gravato fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o Partido Socialista não tem nada a objetar a este ponto da ordem de trabalhos, nem ao seguinte, irá votar sem problemas. De qualquer maneira considera que é conveniente esclarecer um ponto porque, se bem se percebe que era necessário, depois da transferência da competência, mas não se compreende como é que um Concelho como Vagos vai precisar de um regulamento como este. Todos os membros são aqui do Concelho e conhecem Cafés que fazem, por exemplo, sorteios de um bacalhau no Natal e mais um leitão, e sabe-se de ida de estudantes para viagens de finalistas e que vendem umas rifas. Que fique claro que podem todos “fechar os olhos e tapar o sol com a peneira”, mas este regulamento não é para isso, com toda a certeza, ou seja, não se vai aplicar uma taxa de quinhentos euros para uma coletividade que faz uma brincadeira, uma atividade cultural e lúdica de angariação de fundos e não configura aqui um jogo de azar. É importante que fique claro a quem é que se aplica esta definição de jogos de fortuna ou azar e até concursos de conhecimentos. Até que ponto um concurso de conhecimentos, que possa ter um prémio, está incluído neste regulamento ou não. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que a Câmara Municipal tem de dar cumprimento às normas legais, e no âmbito da transferência de competências o Município teve de aceitar esta competência. Obviamente, que as questões do senhor Deputado Óscar Gaspar são legítimas, mas a Câmara Municipal tem de dar cumprimento, por força da delegação de competências, e daí a elaboração deste regulamento que tem a aplicabilidade que tem. O âmbito de aplicabilidade do regulamento num Município como o de Vagos é completamente diferente de um Município como Sintra ou Lisboa, mas por força da lei a Autarquia tem de ter este regulamento aprovado. As associações sem fins lucrativas estão isentas de taxas. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar o Regulamento de Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar e outras formas de jogo do Município de Vagos. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO QUATRO: REGULAMENTO DE GESTÃO DAS PRAIAS MARÍTIMAS DE VAGOS – APROVAÇÃO;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 06/04/2023, que, para efeitos do disposto no artigo 25º, nº 1, alínea g), do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe à Assembleia Municipal a aprovação do Regulamento de Gestão das Praias Marítimas de Vagos, que inclui os Anexos A e B. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu autorização ao senhor Presidente da Mesa para ser o senhor Vice-Presidente a apresentar o ponto. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal – O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar o Regulamento de Gestão das Praias Marítimas de Vagos. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO CINCO: MAPA DE PESSOAL 2023 – 1ª ALTERAÇÃO;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 06/04/2023, que, para efeitos do disposto no artigo 25º, nº 1, alínea o), do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe à Assembleia Municipal a aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, que se traduz no aumento de um posto de trabalho para técnico superior – área de serviço social no Núcleo de Ação Social. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu autorização ao senhor Presidente da Mesa para ser o senhor Vice-Presidente a apresentar o ponto. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal – O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que fica claro, pela instrução do ponto de foi enviado, que basicamente o que está aqui em causa é que houve a transferência de competências para a Câmara Municipal e esta agora constata que lhe falta um recurso humano. É justificável e obviamente faz todo o sentido. Há pouco, por uma intervenção do senhor Presidente da Câmara, percebeu-se que supostamente era para ser outra pessoa, de uma

outra forma contratual, mas não pôde ser e avança-se para esta solução. A questão do senhor Deputado era no sentido de saber se a Câmara Municipal está a ver um pouco mais além, porque há a transferência de competências noutra área, uma muito importante a Saúde. A maior parte das Câmaras Municipais do país, com exceções muito raras, não estão dotadas de técnicos capazes de fazer o acompanhamento devido daquilo que é a atividade da área da saúde. A pergunta é se, para além da área social, a Câmara Municipal já fez uma reflexão sobre as competências que agora assumiu, ou vai assumir em breve, e que tipo de recursos humanos é que vão ser necessários mais.

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que a informação, relativa a este ponto, é um pouco sinuosa e não conseguiu entender. Assim sendo, perguntou, neste núcleo da ação social, quantas pessoas havia antes do início do processo de transferência de competências e quantas é que vão ficar no final do processo estar concluído. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e em relação à pergunta do senhor Deputado Sidónio Sansana para saber esses números exatos é só consultar o orçamento e a prestação de contas. No que respeita à transferência de competências foi contratada uma assistente social no início do ano, porque já estava previsto a partir de três de abril ficar com a competência, contratou-se outra pessoa em março e agora há esta possibilidade, sendo que ainda havia uma prestação de serviços, que estava no serviço sediado na Santa Casa da Misericórdia e que vinha prestar serviço à Câmara Municipal, tendo o procedimento ido à reunião de Câmara para ser autorizado, mas a pessoa acabou por não aceitar. A previsão era contratar esta pessoa, entretanto há uma reserva de recrutamento, de um concurso, na área da ação social, que está a decorrer e, por isso, existe a possibilidade de recorrer a esse concurso para contratar técnicas de ação social e ainda havia a possibilidade de contratar uma prestação de serviços. Essa prestação de serviços não vai acontecer e, por isso, tem de se reforçar ainda mais este setor, sendo certo que esse exercício também não é linear, porque mesmo antes da transferência de competências a Câmara Municipal já sentia necessidade de reforçar os serviços de ação social. A Câmara Municipal teve uma técnica de ação social que entrou num concurso e, depois, acabou por ir para a Câmara de Anadia e, por isso, ficou com menos uma pessoa nesta área. Neste momento, ainda há uma assistente técnica que está a prestar serviços na área da ação social, que pode, eventualmente, vir a auxiliar nessa matéria. Depois de iniciar o processo de transferência das competências a Câmara Municipal contratou duas pessoas e agora tenciona contratar uma terceira pessoa. Quanto à questão do senhor Deputado Óscar Gaspar, sobre a transferência de competências na Saúde, infelizmente, não é como diz. Na verdade, a transferência de competências na área da saúde é infelizmente para a Câmara Municipal mudar as lâmpadas, porque até gostaria de exercer outro tipo de competências como, por exemplo, poder participar mais e tem-no feito de forma informal com alguns serviços da saúde. A partir da COVID19 houve uma interação muito maior com a Câmara Municipal. Agora, não é isso que está no diploma da transferência de competências na área da saúde. O senhor Presidente espera que venha a ser e até deposita alguma fé neste Ministro da Saúde para que isso possa acontecer. Contudo, não deixa de obrigar a Autarquia a pensar na questão da educação, por causa da elaboração das ementas nas escolas, na questão da conjugação dos serviços desportivos, por

causa de todos os programas desportivos que a Câmara Municipal coloca ao dispor da população. No fundo o que o senhor Presidente considera importante na área da saúde é olhar para esta área não para tratar da doença, mas para prevenir a doença, e aí existem muitas ferramentas para poder trabalhar em conjunto. Para isso, não há necessidade de contratar, de momento, mais técnicos, porque existem várias áreas com que se pode dotar os Centros de Saúde. Por exemplo, a saúde mental é uma área que precisa de reforço, porque é uma área muito desprezada pelo serviço nacional de saúde. A Câmara Municipal está disponível para trabalhar com o Governo, mas ainda nem sequer se assinou o auto de transferência da competência, porque neste momento a bola está do lado do senhor CEO da Saúde para entrar em contacto com a Autarquia e se poder estabelecer medidas para por a funcionar o Centro de Saúde da Boa Hora e o Centro de Saúde do Covão do Lobo. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal 2023. -----

----- O senhor Deputado Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge ausentou-se da sala durante a discussão do ponto, pelas vinte e uma horas e cinquenta e oito minutos. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seis da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO SEIS: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022.** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 14/04/2023, que, em cumprimento do disposto na alínea l), do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberou remeter à Assembleia Municipal, para apreciação e votação, os documentos de Prestação de Contas, respeitantes ao ano de 2022. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal fez a apresentação do ponto, de acordo com a documentação enviada aos membros da Assembleia Municipal, e no fim mostrou-se disponível para esclarecimentos adicionais. -----

----- Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e sobre o assunto apresentou alguns documentos que irão ficar anexados à presente ata. Entretanto, referiu que hoje é o dia do juízo deste documento. O grupo municipal do PS tem, repetidamente, dito que o dia em que esta Assembleia aprova o orçamento não vale nada, porque não acredita no orçamento. O orçamento, tal como já foi dito aqui hoje em relação a outras matérias, é o cumprimento de um procedimento legal obrigatório por parte da Câmara Municipal, mas depois a Câmara Municipal não liga nada ao orçamento. Hoje sim, é que se vai ver o que a Câmara Municipal fez, ou não fez, se cumpriu, ou não cumpriu, as propostas e as promessas e se os senhores Deputados do PSD ficaram, ou não, satisfeitos com o voto que deram ao documento de 2022. A capa, do documento de prestação de contas, este ano é verdadeiramente elucidativa das contas e, por ventura, da situação do Concelho de Vagos. O designer apanhou perfeitamente o espírito da situação, mas os políticos poderão não ter tido essa consciência. Não se percebe muito bem se é uma ponte a ser construída

se é a ser demolida, se é uma ponte que começou em dois mil e vinte e dois e se as obras terminaram em dois mil e vinte e dois. Isto é o paradigma das obras em Vagos, começam tarde, atrasam-se e não se concluem a tempo, e neste caso da Ponte de Fareja não está ainda ao serviço dos vaguenses e isso é de todo lamentável. Em relação ao documento, e para ser muito resumido, os grandes tópicos desta conta de gerência são: mais impostos; mais dívida; mais prejuízos; menos investimentos. Com toda a franqueza, o senhor Deputado considera que era difícil ser pior. O senhor Presidente referiu que a dívida iria aumentar, isso seria normal se, por exemplo, o investimento aumentasse. Mas não, dá-se este caso muito curioso, aumenta a dívida e diminui o investimento. Os aumentos de receita mais relevantes são os dos impostos diretos, os vaguenses pagaram claramente mais impostos, mais 21%. Em dois mil e vinte e dois houve uma menor arrecadação de fundos comunitários. A diminuição da despesa de capital está associada, principalmente, à redução de bens de capital em 9,7%, ou seja, de facto houve, claramente, uma redução do investimento. A dívida aumentou 9,3% e houve um resultado líquido negativo de três milhões trezentos e trinta e nove novecentos e oitenta e três mil e vinte e oito cêntimos. O senhor Presidente tentou hoje, com já tentou noutras situações, dizer que isto se deve às amortizações. O senhor Deputado já aqui disse, e vai repeti-lo, o problema não são as amortizações, o problema é que as variações do ativo são inferiores às amortizações, ou seja, aquilo que é o investimento da parte do Município fica aquém daquilo que é a desagregação dos ativos do Município e isso é que é grave. Entretanto, fez algumas notas do que estava orçamentado e o que foi executado: um grande aumento de impostos, é essa a tónica das contas de dois mil e vinte e dois; um falhanço total na arrecadação de receitas comunitárias, ou seja, estavam previstas, qualquer coisa como, sete milhões e setecentos mil euros para o Município de Vagos e esta Câmara Municipal não conseguiu cinco milhões e oitocentos mil euros dessa valor; nível da execução, há este facto preocupante, ou seja, havia um orçamento aprovado por esta casa superior a onze milhões de euros e a verdade é que só se conseguiram executar quatro milhões de aquisição de bens de capital, ou seja, de investimento. O prejuízo da Câmara Municipal foi superior a 3,3 milhões de euros. Esta apresentação é feita em relação à conta de dois mil e vinte e dois, como podia ter sido feita em relação a dois mil e vinte e um, ou a dos mil e vinte, e esse é que é o problema, porque não é um erro de gestão e preparação destes documentos, é um problema sistemático, ou seja, uma total falha de previsão, supondo que estão de boa vontade e de boa fé. Há aqui um falhanço total na previsão, uma sistemática incapacidade de executar o orçamento e uma reiterada orçamentação de obras para não fazer ou, se quiserem, para munícipe ver. Enquanto o Executivo não perceber que o problema está aqui continuar-se-á a ter níveis de execução como os que têm havido. O orçamento em termos de investimento foi executado desta forma, quer dizer, conseguido executar-se quatro milhões de euros e ficaram por executar sete milhões de euros. Em termos percentuais, foram executados 35% do orçamento e ficaram por executar 64%. Quanto a isto nenhuma dúvida nem nenhum espanto, porque o Partido Socialista disse-o aqui, aquando do orçamento, e nos anteriores. A marca desta Câmara é por cada três obras que promete duas não saem da folha. O orçamento não é outra coisa que um logro político, é que se falhasse por 5% ou por 10% até se percebia, porque podia ter havido um número de

constrangimentos que não tenham permitido, agora por 64% do investimento, previsto e aprovado, não dá para perceber. Há aqui muitos exemplos, não só de uma execução baixa em muitos projetos, mas de muitos de outros projetos que tiveram execução zero. O senhor Deputado termina com a mesma nota de preocupação do ano passado, ou seja, não olha para os números do relatório e não diz, como o senhor Presidente da Câmara, que os acidentes de trabalho estão a estabilizar. O que se vê é que estão ao nível mais alto de sempre, nunca estiveram tão altos, e, portanto, é uma preocupação que se deve ter e perceber o que é que está a acontecer em termos das condições de trabalho da Câmara face aos acidentes que têm existido e as horas de trabalho que são perdidas. –

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que isto, realmente, vai ser sempre assim com este modelo de desenvolvimento e está-se a este ritmo a menos de vinte anos de se ter um património líquido negativo no Município. O modelo de desenvolvimento é investir em projetos, porque têm um subsídio, mas depois não geram o retorno suficiente para a economia local para ajudar nas contas. Mais tarde ou mais cedo isto acabaria por aparecer na dívida, como apareceu. O senhor Deputado guia-se pelo valor que se falou inicialmente, que é o mais atualizado, este das contas já tem uns meses, não se guia pelo do orçamento, porque votou contra. O senhor Deputado pensava que o Município estava a quatro milhões do limite de endividamento, mas constatou que está a dois milhões. Tem de haver uma mudança de paradigma de investimento no Município, já aqui se falou hoje, por exemplo, que o Município está com receitas muito boas ao nível do IRS e do IMT, que em grande parte hão de ser derivadas a receitas com não residentes e que pagam aqui esses impostos. Imagine-se que se consegue trazer para Vagos os muitos trabalhadores das zonas industriais que têm de morar nos Concelhos vizinhos porque não encontram soluções de habitação aqui. É preciso pegar no PDM, revelo à sério, o que já devia ter sido feito, e criar condições de habitação a custos controlados nessas zonas. Outro exemplo, os jovens qualificados que se vão embora daqui e que também podiam ficar cá a criar riqueza se tivessem oportunidades, portanto, é preciso atrair emprego qualificado, porque se esses jovens ficarem cá, em vez de continuar esta debandada, o Município também vai ter mais IRS, mais IMT e mais tudo. Com este aumento de receita pode ser possível dar a volta às contas. O senhor Deputado, para justificar o que disse, os problemas com a habitação e a falta de emprego qualificado, baseia-se nos números da população. Não trouxe esses números, mas pode, facilmente, ver-se na Wikipédia que já os foi buscar ao CENSOS. Já aqui se falou que Vagos teve um aumento de população, o que é muito bom, no global. No entanto, quando se olha para o detalhe dos escalões etários o que se verifica é que o aumento é apenas na população mais idosa, o número de crianças e de jovens está a diminuir e o número de população ativa está a diminuir. Com isto conclui-se que a população ativa e os seus filhos têm de ir viver para fora do Concelho de Vagos e criar riqueza noutros Concelhos e os jovens qualificados não ficam em Vagos. -----

---- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e a primeira questão que aqui coloca, que já foi abordada em outras sessões, tem a ver com a contabilidade de gestão. O que reparou na certificação legal das contas, logo na primeira página, no ênfase que os auditores fazem, “Apesar do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro estabelecer

a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade de gestão e o mesmo se encontrar formalmente implementado, não obtivemos evidência sobre a sua operacionalidade e fornecimento das informações relevantes com carácter oportuno.” O que isto quer dizer é que não funciona, ou pelo menos a empresa que fez a certificação legal das contas faz esta interpretação. Em relação à prestação de contas reformulou uma questão que fez no ponto um, porque talvez o senhor Presidente não tenha percebido bem ou tenha sido um erro de interpretação/comunicação, uma vez que não respondeu àquilo que se pretendia. A Câmara Municipal está a pagar pior do que aquilo que estava, e a questão era se está a pagar mais caro aquilo que se está a comprar, ou não. E isto porquê? Porque se forem a verificar o valor global da soma de fornecedores conta corrente e fornecedores de investimento há um aumento de 1,5 milhões de euros, uma variação de 90% em fornecedores de investimentos, e daí a questão. Em relação a receitas correntes estas aumentam um milhão de euros, não está nada refletido sobre IRS, mas sobre IMI, IMT, IUC e Derrama. As receitas de capital baixam 1,5 milhões, perdeu-se dois de 3,5 milhões euros que haviam disponíveis e há um défice de investimento na ordem dos 10%. Na dívida de médio e longo prazo há sete milhões de dívida o que significa um disparo de duzentos e cinquenta mil euros, só em juros devido ao aumento da taxa Euribor. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões levantadas. A questão da contabilidade de gestão é uma nota da qual a Câmara Municipal está em desacordo relativamente à certificação legal de contas, o revisor diz que não obteve evidências. No próximo ano a Câmara Municipal irá trabalhar essa matéria e pôr o sistema a funcionar, não da forma que gostaria, porque tem apenas uma pessoa que faz todo esse trabalho. No entanto, uma coisa é não estar a funcionar, ou não obter evidências, outra é ele existir e não estar a funcionar da forma como se gostaria. Se estivesse escrito que se poderia melhorar o senhor Presidente até é capaz de concordar, mas obviamente que o revisor fez a sua análise e a Câmara Municipal tem de respeitar, o que não quer dizer que esteja de acordo. Em relação à questão de pagar mais caro chama-se inflação, todos pagam mais caro, e não é só a Câmara Municipal, e com isto paga-se mais IVA ao Governo. Quanto à receita de capital ter baixado é verdade, baixou porque o ano de dois mil e vinte e um foi muito bom. Se o ano de dois mil e vinte e dois foi mau então quer dizer que o ano de dois mil e vinte e um foi muito bom, e ninguém elogiou as receitas de capital durante esse ano. O ano de dois mil e vinte e um não deixa de ser um ano curioso, e ainda bem que a despesa e o endividamento não aumentaram, porque era um ano eleitoral e podia ser confundido com obras eleitorais. O que a Câmara Municipal fez foi diminuir a dívida no ano de dois mil e vinte e isso é sinal que não precisou, ou não quis, enveredar nesse caminho de obras eleitoristas para vencer as eleições. Em relação às questões do senhor Deputado Sidónio Sansana, e facto de citar como fonte credível a Wikipédia, o que disse não corresponde à verdade. Vagos foi dos poucos concelhos do país a crescer a nível de população. E se for para ter informação credível, e não na Wikipédia, vai à informação da Assembleia Municipal onde refere que o Agrupamento de Escolas de Vagos desde setembro, quando começou o ano letivo, até hoje tem mais cento e tal alunos nas escolas. Comparativamente com o ano letivo anterior há mais quinhentos alunos nas escolas do

Concelho. Neste momento, há um problema e tem-se andado a analisar a possibilidade de reabrir escolas que encerraram, porque já não há espaço nos estabelecimentos de ensino que existem. Há mais duas mil pessoas a trabalhar nas fábricas das zonas industriais do Concelho. Os impostos que se falou que tiveram aumento foram o IMT e a Derrama, o que significa mais atividade económica e não mais impostos sobre as famílias. Os membros desta Assembleia deviam era estar contentes, e felicitar a Câmara Municipal. O que é interessante na dialética do Partido Socialista é que vêm aqui dizer que a Câmara Municipal aumentou as receitas porque aumentou os impostos. O senhor Presidente deu um exemplo do que é que é um aumento de impostos vergonhoso, por parte do Governo, a taxa de resíduos urbanos. A Câmara Municipal teve um aumento de dois mil e vinte para dois mil e vinte e um de onze euros para vinte e dois euros, por tonelada. O tarifário que a ERSUC cobra à Câmara Municipal, por depositar lá o lixo, passou de vinte e oito euros e noventa e nove cêntimos para quarenta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos. Em dois anos aumentaram em vinte e sete euros a tonelada o preço do lixo que se paga todos os dias. O mais irónico é que em cima disto ainda se tem de acrescentar o IVA, que é receita do Governo. O Governo arrecadou receita e não a quer distribuir, só quer distribuir os cheques para quem precisa para que estes se transformem em votos. É esta a política do Partido Socialista, que é diferente da do Executivo Municipal de Vagos que tem uma estratégia: crescimento do Concelho; ter mais população; ter mais empresas; ter mais emprego; ter mais alunos nas escolas; gerar atividade económica e com isso gerar receita, de impostos que significam o aumento de atividade económica. É esta a estratégia do Executivo Municipal, e curiosamente os Vaguenses têm entendido isso e, por isso, ao contrário da demagogia com que o PS chega aqui a analisar a prestação de contas ou os orçamentos, responde com a realidade, com obras no terreno, com apoio às empresas e empresários, apoios sociais e isso significa que ganhou as eleições. O trabalho que é feito depois tem reflexo no número de votos. O PS parece que anda a lutar contra os moinhos de vento a dizer que isto não é assim e, depois, têm sempre o mesmo resultado. Em relação ao número de acidentes de trabalho, obviamente que aumentando o número de funcionários aumenta a probabilidade de acidentes de trabalho. Alguns destes acidentes de trabalho são nas escolas, onde a Câmara Municipal tem um número de funcionários bastante significativo, neste momento, e embora seja algo com que tenha de se preocupar não é algo com que se deva “perder o sono”, mas ter-se-á de tomar as medidas necessárias e tem-no feito. A Câmara Municipal tem a Higiene e Segurança no Trabalho, assim como outras regalias, ao dispor dos funcionários, coisa que não tinham quando eram funcionários do Governo, aumentando as despesas, e está bastante tranquila com o trabalho que tem feito. Agora, não deixa de ser irónico que se esteja aqui a centrar a discussão no aumento da dívida, que o senhor Presidente já tinha avisado que ia acontecer, o que é obvio, porque sem dívida não há investimento. Quando acabarem as isenções de impostos que o Município concedeu a muitas das empresas, e já estão a acabar, as receitas vão aumentar, e já estão a aumentar como se pode verificar. Mas isto não é um acaso, e podem até chamar-lhe sorte, mas não é, é estratégia, e esta é a estratégia do PSD. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra e referiu que o senhor Presidente ainda não respondeu à questão que colocou. A Câmara Municipal teve um aumento de 1,5 milhões de euros, entre fornecedores de investimento e fornecedores de conta corrente, e isto não é um reflexo só da inflação, não pode ser, tem de haver uma justificação. Ao senhor Deputado custa-lhe a acreditar que este aumento se deva, única e exclusivamente, ao facto de as coisas estarem mais caras. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para responder à questão colocada. Este aumento deve-se ao aumento da inflação, e ao facto de estar tudo mais caro, mas não só, obviamente, deve-se também a um aumento de investimento que se está a fazer. A Câmara Municipal tem obras a decorrer que têm volumes financeiros bastante grandes. Não é normal, nem é diário, que a Câmara Municipal de Vagos faça investimentos de 4,2 milhões de euros como está a fazer no Palacete, que gera faturas de montantes muito elevados o que faz com que as dívidas a fornecedores aumentem. Do ponto de vista geral a Câmara Municipal paga mais pelas matérias primas e pelos serviços, além do IVA. Durante o ano de dois mil e vinte e dois o FEF diminuiu, cerca de quinhentos mil euros, e além disso o Governo ainda cativou o FAME, mais meio milhão de euros, portanto, menos um milhão de euros, precisamente a dívida que a Câmara aumentou durante um ano. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana voltou a usar da palavra e referiu que se está novamente a desconversar sobre o número dos alunos e a confundir as coisas. Ainda bem que eles estão a aumentar ultimamente, pode ser que se vejam resultados daqui a dois ou três anos. De qualquer forma, já se ouviu hoje um Deputado do PSD dizer aqui que faltam números de algumas escolas, portanto, se é para falar em fiabilidade de números. Entretanto, também se referiu aqui que há muitos trabalhadores nas fábricas do Concelho, mas o senhor Deputado o que referiu é que as pessoas estão a ir morar para outros Concelhos. De resto, é importante fazer o trabalho de casa, e não “abusar” da maioria. O senhor Deputado sabe que o Executivo Municipal tem a maioria, mas esta maioria não melhora as contas nem a dívida, e esse é que é o drama dos vaguenses. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra e referiu que o senhor Presidente ainda não respondeu à questão que colocou. Assim sendo, colocou a questão de uma outra forma para ver se obtém a resposta pretendida. O que pergunta é se por a Câmara Municipal ter prazos de pagamento piores os fornecedores praticam preços piores naquilo que fazem em termos de faturação. De resto este é um documento técnico, e não há mais nada a dizer sobre isto. É o enquadramento que a Câmara Municipal faz das suas opções políticas. Há lacunas, por exemplo, na área do investimento, talvez não por falta de dinheiro e sim pelo atraso na execução das obras. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra para responder à questão colocada. O raciocínio que o senhor Deputado Alexandre Marques faz, e a pergunta que coloca, não é assim, ou seja, as despesas que a Câmara Municipal teve durante o ano de dois mil e vinte e dois na maioria dos casos significam concursos abertos durante o ano de dois mil e vinte e um. Assim sendo, não há aqui nenhum reflexo do aumento dos preços. O aumento

dos preços vem de, por exemplo, uma coisa muito simples a legislação que saiu durante o ano de dois mil e vinte e dois que se chama revisão extraordinária de preços. No fim de uma empreitada há um processo de revisão de preços, que em dois mil e vinte e um tinha uma fórmula e, por força da inflação, em dois mil e vinte e dois a fórmula foi alterada. Revisões de preços que aconteciam, e que andavam na casa dos vinte ou três mil euros, podem significar cinco vezes mais no atual quadro legal. Tudo isto também tem reflexo durante o ano de dois mil e vinte e dois, porque as revisões extraordinárias de preços que aconteceram durante este ano são de dívida a fornecedores. Mas não é porque os fornecedores aumentaram os preços porque a Autarquia paga pior, porque de acordo com a Lei da Finanças locais a Câmara Municipal cumpre com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. A Câmara Municipal não aumentou os prazos de pagamento fora daquilo que está previsto na lei, porque caso contrário não estaria a cumprir com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. O que acontece é que há mais investimento, houve, durante o ano de dois mil e vinte e dois, menor recurso a verbas de fundos comunitários, menos capacidade de executar, porque para executar os fundos comunitários é preciso executar as despesas primeiro e depois é que se tem a receita. Portanto, existem aqui vários efeitos, mas não é provocado por nenhum aumento de preços. Obviamente os preços aumentaram, porque aumentou a inflação e os próprios preços da matéria prima aumentaram. Em relação à intervenção do senhor Deputado Sidónio Sansana, a Câmara Municipal tem números concretos sobre esta matéria, mais uma vez estava aqui a confundir as pessoas. O que o senhor Deputado Juan Martins disse é que os números que estavam na informação pecavam por escassos. Os números que aqui aparecem são só os do Agrupamento de Escolas de Vagos porque é sobre este que a Câmara Municipal tem responsabilidades e competências e não tem nas IPSS's, nem no Colégio de Calvão e nem na EPADRV. À Câmara Municipal não custa nada recolher esses números, sendo que esses, sim, poderão ser menos fidedignos do que os do Agrupamento de Escolas, esses sabemos que estão corretos porque se emitem os cartões dos alunos e atribui-se os apoios sociais da ação social escolar. Também há um aumento significativo de alunos apoiados pela ação social escolar. O número de fogos de habitação aumentou 5,2%, de acordo com o CENSOS, ou seja, Vagos tem mais fogos de habitação, por isso também há mais fogos a serem transacionados e daí haver mais IMT e mais IMI. Mas isto não é porque se esteja a aumentar, individualmente, os impostos a cada família, e sim por haver maior atividade económica. Os números relativos à estratégia que o Executivo tem aplicado no Concelho estão à vista de todos, mais de dois mil postos de trabalho criados, mais alunos nas escolas, mais fogos de habitação e mais gente a circular. -----

----- Durante a discussão deste ponto ausentaram-se os senhores Deputados Rodrigo Capelo, pelas vinte e duas horas e catorze minutos, e André Cruz, pelas vinte e duas horas e quarenta e três minutos. Entretanto, regressou à sala a senhor Deputada Marisa Silva, pelas vinte e três horas. ----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto à votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com três (3) votos contra dos grupos municipais do PS e CHEGA, e cinco (5) abstenções, do grupo municipal do CDS, aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2022. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e três horas e oito minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa, e por quem a lavrou. -----

----- **O Presidente,** _____

-----**O(A) Secretário(a),** _____